UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU

SELMA APARECIDA CHAVES NUNES

**Projeto de extensão da FOB USP Rondônia e o pensamento crítico
social na formação do fonoaudiólogo e odontólogo: uma ação
educativa transformadora**

BAURU
2012

SELMA APARECIDA CHAVES NUNES

**Projeto de extensão da FOB USP Rondônia e o pensamento crítico
social na formação do fonoaudiólogo e odontólogo: uma ação
educativa transformadora**

Tese apresentada a Faculdade de Odontologia de Bauru da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências no Programa de Ciências Odontológicas Aplicadas, na área de concentração Ortodontia e Odontologia em Saúde Coletiva.

Orientador: Profa. Dra. Magali de Lourdes Caldana
(Versão corrigida)

BAURU
2012

Nunes Chaves, Selma Aparecida

N922p Projeto de extensão da FOB/USP_Rondônia e o pensamento crítico social na formação do fonoaudiólogo e odontólogo: uma ação educativa transformadora/ Selma Aparecida Chaves Nunes. – Bauru, 2012.

144 p. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Odontologia de Bauru. Universidade de São Paulo

Orientadora: Profa. Dra. Magali de L. Caldana

Nota: A versão original desta dissertação/tese encontra-se disponível no Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Odontologia de Bauru - FOB/USP.

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação/tese, por processos fotocopiadores e outros meios eletrônicos.

Assinatura:

Selma Aparecida Chaves Nunes

Data: Bauru, 12 de julho de 2012.

Comitê de Ética da FOB-USP
Protocolo nº: 151/2010
Data: 23 de fevereiro de 2011

FOLHA DE APROVAÇÃO

DEDICATÓRIA

“(...) aprendi que se depende sempre, de tanta muita diferente gente. Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas. É tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente, onde quer que a gente vá. É tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho, por mais que pense estar (...)”

(Gonzaguinha)

Esta pesquisa de doutorado é fruto da contribuição de “tanta muita diferente gente”, pois somos as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas, assim, dedico a toda essa gente, do presente e do passado, esta conquista.

Selma Nunes.

*“Do meu pai tenho a estatura
E uma séria conduta na vida
Da minha mãe, a natureza alegre
E a vontade de fantasiar”
(Goethe)*

*Pelo carinho e apoio, na saúde e na doença, na tristeza e na alegria, e,
respeitando minhas escolhas, dedico esta tese:*

*Às minhas muitas famílias: Chaves Nunes; Chaves Bellini, Mechi Nunes,
Nunes Petrin e Bezerra Campos Souza pelo exemplo.*

*Aos meus amigos, já parte de minha família, que há trinta e tantos outros
anos fazem parte de minha história.*

*E ao maior de todos – “ser amado” – Olimpio pelo amor e pelo
companheirismo de todas as horas, por me fazer acreditar que não estou
sozinha e me possibilitar a aprender a existir no mundo de outra forma.
Ao Lucas e Gabriel – por garantirem brilho e alegria em nosso caminho.*

Agradeço a Profa. Dra. Magali de Lourdes Caldana, minha orientadora e professora, pela confiança depositada em meu trabalho e a disposição em orientar meus estudos, trazendo estímulo para seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

À Faculdade de Odontologia de Bauru – Universidade de São Paulo, em nome dos seus Diretores, Prof. Dr. José Carlos Pereira e Profa. Dra. Maria Aparecida Moreira.

Ao Prof. Dr. José Roberto de Magalhães Bastos – FOB/USP e ao Prof. Dr. Wilson Mestriner Júnior – FORP/USP que me incentivaram a cursar o doutorado.

Aos Professores e Funcionários do Departamento de Odontopediatria, Ortodontia e Saúde Coletiva, aos do Serviço de Documentação Bibliográfica e aos da Secretaria de Pós-Graduação, da Faculdade de Odontologia de Bauru - Universidade de São Paulo, pela ajuda e pela cordialidade prestada.

Ao Prof. Dr. Luís Marcelo Aranha Camargo, do Instituto Ciências Biológicas 5 – Universidade de São Paulo – Campos Avançado Monte Negro/RO pelo material cedido.

À Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, onde cursei as disciplinas necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, entre outras, assim como conheci e convivi com outros colegas e professores que me apoiaram e instrumentalizaram minha formação com discussões e trocas ricas de experiências.

A Universidade de Campinas – UNICAMP – Departamento de Medicina Preventiva e Social onde tive a oportunidade impar de cursar a disciplina – “Tópicos de planejamento e administração serviços de saúde: Apoio Paidéia: clínica ampliada e co-gestão”; ministrada pelo Prof. Dr. Gastão Wagner de Souza Campos, um exemplo no campo da saúde coletiva e ícone dos ideais de transformação dos serviços de saúde.

Aos amigos do Projeto Xingu – Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP – Departamento de Medicina Preventiva – Unidade de Saúde e Meio Ambiente, que me apresentaram o Pensamento Freiriano.

As Professoras, Dra. Sandra Nunes e Dra. Edilamar Galvão, da Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP – por suas sugestões e críticas construtivas.

Ao Serviço de Biblioteca Central da Universidade de Brasília – UNB – onde tive acesso ao ambiente de estudo e consulta ao acervo da biblioteca.

A CAPES – Coordenação de Apoio a Pesquisa e Ensino Superior, pelo auxílio concedido no período de setembro de 2010 a julho de 2011, através da Bolsa Institucional – Cota de Demanda Social.

“Não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.”

(Paulo Freire)

RESUMO

Esta pesquisa discute a prática da extensão universitária no pensamento defendido por Paulo Freire. Nesta pedagogia dialógica, docentes e discentes interagem com a realidade que apreendem e extraem o conteúdo da aprendizagem, com possibilidades de fazê-lo melhor, a fim de nela atuarem, proporcionando um espaço privilegiado à transformação social. Para tanto foram entrevistados 10 discentes do curso de Odontologia e Fonoaudiologia da Faculdade de Odontologia de Bauru – Universidade de São Paulo, participantes do Projeto de Extensão FOB USP Rondônia. Trata-se de um estudo transversal onde foi utilizado método qualitativo para coleta de informações, análise do conteúdo de entrevistas e documentos, mapeamento das ações quanto ao plano acadêmico, relação docente/discente/sociedade num novo espaço de ensino aprendizagem. Através da análise documental, das entrevistas realizadas, da observação e interação no cenário onde desenvolvem as atividades propostas no projeto de extensão da FOB em Rondônia, docentes, funcionários da universidade, discentes e sociedade; interagem e a mudança do cenário de aprendizagem contribui para a formação dos discentes de Fonoaudiologia e Odontologia em dois níveis: na formação técnica e na formação para a qualidade das relações. Conclui-se ancorado pelo conceito de Paulo Freire, onde os discentes dialogam com a realidade local, respeitam à diversidade cultural e a autonomia de seus atos; o projeto de extensão da FOB em Rondônia propicia a reflexão e ação em cenários da realidade nacional e regional, produz conhecimento interdisciplinar e favorece a visão integrada do social, sendo indissociável do ensino e da pesquisa.

Palavras-chave: Projeto Extensão Universitária. Pensamento Paulo Freire. Saúde Coletiva

ABSTRACT

Extension project of FOB USP Rondônia and the critical thinking in the social formation of the speech therapist and dentist: a transforming educational action.

This research discusses the practice of university extension in thinking advocated by Paulo Freire. In this dialogical pedagogy, teachers and students interact with the reality they learn and extract the content of learning, with opportunities to do it better, in order to act on it, thus providing social transformation with a privileged space. Therefore, 10 students from the dental and speech therapy courses of the Dental School with the University of São Paulo, campus at Bauru, participating in the FOB Rondônia Extension project were investigated. This is a cross-sectional study which used a qualitative method for information gathering, analysis of the content of interviews and documents, mapping of the actions as to the academic plan, teacher/student/society ratio in a new teaching/learning space. Through documentary analysis, interviews performed, observation and interaction in the scenario where extension activities are developed, it is clear that the contribution to the training of dentistry and speech therapy students occurs in two levels: in the technical training and the training for relation quality, anchored by Paulo Freire's concept, in which students dialogue with the local reality, respect cultural diversity and the autonomy of their actions. Thus, it can be concluded that the activities proposed in FOB's extension project in Rondônia involve teachers, university staff, students and society; it provides the reflection and action in scenarios of national and regional realities, producing interdisciplinary knowledge and promoting the integrated vision of society, being inseparable from teaching and research.

Key-words: University Extension Project; Paulo Freire's Thought; Public health.

RESUMEN

Proyecto de extensión del FOB / USP_Rondônia y el pensamiento crítico en la formación social de la fonoaudiología y odontología: una acción transformadora educativa

La investigación analiza la práctica de la extensión universitaria en el proyecto de extensión de FOB USP, desde el pensamiento de Paulo Freire. En esta pedagogía dialógica, docentes y discentes interactúan en la realidad, al apreender y extraer el contenido del aprendizaje. Esto visa a que se haga el mejor, para actuar en esta realidad, proporcionando un espacio privilegiado para el cambio social. Para esto fueron entrevistados 10 discentes del Curso de Odontología y Fonoaudiología de la Facultad de Odontología de Bauru – Universidade de São Paulo, participantes del Proyecto de Extensión FOB USP Rondônia. Se trata de un estudio transversal en que se utilizó el método calitativo para la colecta de informaciones, el análisis del contenido de las entrevistas y de los documentos, el mapeamiento de las acciones relativas al plan académico, la relación docente/discente/sociedad en un nuevo espacio de enseñanza aprendizaje. Por medio del análisis documental, de las entrevistas realizadas, de la observación e interacción en el escenario donde se desarrollan las actividades extensionistas se percibe que la contribución para la formación de los discentes de la Logopedia y de la odontología se da en los dos niveles: en la formación técnica y en la formación para la calidad de las relaciones. En esta experiencia los discentes dialogan con la realidad local, respetando la diversidad cultural y la autonomía de sus actos. De esta forma, se puede concluir que las actividades propuestas en el proyecto de extensión de FOB en Rondônia, en las cuales participan los docentes, los funcionarios de la universidad, los discentes y la sociedad, propicia la reflexión y la acción en escenas de la realidad nacional y regional, al producir el conocimiento interdisciplinar y al favorecer la visión integrada del social, lo que vuelve indisociable la enseñanza de la investigación.

Palabras clave: Proyecto de Extensión de la Universidad. El pensamiento de Paulo Freire. Salud Colectiva

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Linha do Tempo – Extensão Universitária	24
FIGURA 2	Esquema do Diálogo Verticalizado da Universidade.....	34
FIGURA 3	Campus Avançado no Município de Monte Negro/RO – ICB5 – USP	47
FIGURA 4	Clínica de Odontologia e Fonoaudiologia “João Adolfo Caldas Navarro – Município de Monte Negro/RO – USP	49
FIGURA 5	Capacitação em saúde de agentes comunitários e de professores da rede pública de ensino	50
FIGURA 6	Mapas Brasil, Estado de Rondônia e Município de Monte Negro	51
FIGURA 7	Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade – Pirâmide Etária.....	53
FIGURA 8	Diário de Campo da 20ª Expedição do Projeto FOB USP Rondônia – 2010	66

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Caracterização do município de Monte Negro/RO	52
TABELA 2	Taxa de analfabetismo da população de Monte Negro.....	53

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAPES	Coordenação de Apoio a Pesquisa e Ensino Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CODAE	Coordenação das Atividades de Extensão
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
FAAP	Fundação Armando Alvares Penteado
FAB	Força Aérea Brasileira
FOB	Faculdade de Odontologia de Bauru
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
HAB/KM ²	Habitantes por Quilometro Quadrado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB 5	Instituto de Ciências Biológicas 5
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
KM	Quilômetros
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MS	Ministério da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PIX	Parque Indígena do Xingu
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEU	Plano Nacional de Extensão Universitária
PNUD	Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRO	Projeto Rondon
SBD	Serviço de Biblioteca e Documentação
SPDM	Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	15
2	PARÂMETROS CONCEITUAIS.....	21
2.1	A CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – SEU PROCESSO HISTÓRICO – TEMPOS E CONCEITOS.....	23
2.2	CONCEITOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DIALOGANDO COM PAULO FREIRE	32
2.3	O PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA FOB USP RONDÔNIA – HISTORICO E RELEVÂNCIA SOCIAL	33
2.4	O TERRITÓRIO INICIAL SOBRE O QUAL SE APRESENTOU A PRESENTE INVESTIGAÇÃO.....	45
3	PROPOSIÇÃO	55
4	CARACTERÍSTICA DO ESTUDO.....	59
4.1	DA METODOLOGIA.....	61
4.1.1	DESENHO DO ESTUDO.....	62
4.2	AS ETAPAS DA PESQUISA E AS TÉCNICAS UTILIZADAS.....	63
4.2.1	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	63
4.2.2	DOCUMENTO BASE.....	63
4.2.3	A PESQUISA DOCUMENTAL.....	64
4.2.4	A OBSERVAÇÃO SISTEMATIZADA.....	65
4.2.5	A ENTREVISTA.....	66
4.2.6	ORGANIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS	67
4.2.7	IMPLICAÇÕES ÉTICAS	68
4.2.8	DIRETRIZES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO DE DISSERTAÇÕES E TESES	69

5	RESULTADOS/DISCUSSÃO.....	71
5.1	O QUE ENCONTRAMOS NAS FALAS E NOS DOCUMENTOS.....	73
5.2	CATEGORIA 1: VIDA ACADÊMICA E EXPECTATIVAS DE VIDA PROFISSIONAL.....	79
5.3	CATEGORIA 2: APROXIMAÇÃO COM O PROJETO DE EXTENSÃO FOB/USP_RONDÔNIA	80
5.4	CATEGORIA 3: PARTICIPAR DO PROJETO DE EXTENSÃO FOB_RONDÔNIA	80
5.5	CATEGORIA 4: PROFISSIONAIS QUE ATUAM NESTE PROJETO DE EXTENSÃO	81
5.6	CATEGORIA 5: CARACTERÍSTICA DA FORMAÇÃO DESTE PROJETO DE EXTENSÃO	82
5.7	CATEGORIA 6: ESPAÇO DE DISCUSSÃO SOBRE O ENSINO ODONTOLÓGICO OU FONOAUDIOLÓGICO	83
5.8	CATEGORIA 7: RELAÇÃO SOBRE O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM E O TRABALHO REALIZADO EM RONDÔNIA	84
5.9	A APLICAÇÃO SISTÊMICA DO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO NA BUSCA DA QUALIDADE	85
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
6.1	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS E COMO SUPERAR OS DESAFIOS E CRIAR NOVAS POSSIBILIDADES.....	89
	REFERÊNCIAS.....	97
	APÊNDICES.....	105
	ANEXOS	115

1 Apresentação

1 APRESENTAÇÃO

"Lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reparação do feito e do ido, não sua mera repetição."

(Alfredo Bosi)

Este trabalho nasceu da necessidade de pensar a relação dos discentes participantes do Projeto de Extensão da Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB) da Universidade de São Paulo (USP) no município de Monte Negro no estado de Rondônia. Realidades de comunidades em sua maioria das vezes distante da vida e da formação dos futuros profissionais de saúde, que apresentam um imenso mosaico da diversidade cultural, política, econômica, social, religiosa, filosófica, existencial, linguística, geográfica, existente em nosso país.

Como profissional de saúde, formada há dezoito anos, sendo destes, doze dedicando a trabalhar em contextos socioculturais diversos, tais como: populações ribeirinhas, ruralistas e com algumas etnias dos Povos Indígenas de nosso país; em minha prática profissional, deparei com outras concepções de corpo, de cura, de tratamentos, concepções que iam além de uma relação reducionista profissional-paciente. Recordo-me que durante a graduação e a especialização as atividades "extra-muros", fora do ambiente da universidade, se caracterizavam em atividades assistenciais que não me permitiam uma visão ampliada do referencial social e cultural do processo saúde doença.

Em 2002, a Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB-USP) iniciou o trabalho na área Odontológica e Fonoaudiológica no município de Monte Negro, sendo que o objetivo inicial do projeto foi realizar um levantamento das condições de saúde bucal e fonoaudiológica nesta região, com o intuito de elencar as necessidades da população, tornando possível planejar atividades de pesquisa e atendimento clínico (intervenção), conforme aprovado pelo Conselho de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo. Para esta primeira expedição à Monte Negro/RO, a convite do Prof. Dr. José Roberto Magalhães Bastos e como aluna da

pós-graduação – nível mestrado – compus a equipe que iria ao Campus Avançado da USP Instituto de Ciências Biológicas em Rondônia (ICB.5), pela experiência profissional em trabalhar com inquéritos epidemiológicos de saúde bucal e em áreas de difícil acesso geográfico na região do Alto Rio Negro/AM e interior do estado do Ceará; entretanto, não tinha a compreensão da dimensão política pedagógica destas atividades de extensão.

Após a defesa da dissertação do mestrado, em 2004, através de processo seletivo realizado pela Sociedade Paulista para Desenvolvimento da Medicina (SPDM) iniciei trabalho no Projeto Xingu da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Esta Instituição de Ensino Superior (IES) destaca-se ao longo dos anos no processo de formação técnica, universitária e de pós-graduação para profissionais de saúde, indígenas e não indígenas no Parque Indígena do Xingu (PIX) e também nas perspectivas de construção social e conceitual de novas práticas de prevenção e promoção da saúde, na ótica da diversidade cultural. A concepção trabalhada pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) em conjunto com povos indígenas neste espaço social propiciou a incorporação de métodos didáticos e pedagógicos me instrumentalizando para uma atenção integral, mais humanizada, trabalhada em equipe, capaz de tomar decisões não apenas considerando o contexto individual-clínico; mas considerando o local onde vivem, a utilização de tecnologias apropriadas a essa região e medidas mais eficazes dentro dos recursos existentes.

À convite da UNIFESP, a Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto (FORP-USP), iniciou seu trabalho com o Projeto Huka-Katu – USP na área do Médio e Baixo Xingu. Com a grande repercussão e boa avaliação feita pelas comunidades assistidas, no primeiro ano de sua atuação, a FORP-USP firmou em outubro de 2004, convênio com o Distrito Sanitário Especial Indígena do Xingu (DSEI – Xingu); através da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) – Ministério da Saúde (MS). A partir de então, é incluído no seu currículo o estágio optativo, que procura proporcionar aos estudantes, o contato o mais cedo possível com a realidade social e serviços de saúde, a partir da observação e pelo desenvolvimento de atividades que dão condições ao estudante de superar a dicotomia entre estudo e trabalho. No período de 2004 á 2008, tive a oportunidade de atuar como colaboradora no Projeto Huka-Katu – FORP/USP parceria com o Projeto Xingu/UNIFESP.

Como foi dito no início; esta tese nasceu da necessidade de pensar a formação do futuro profissional de saúde, odontólogos e fonoaudiólogos, na ótica da diversidade cultural, por meio de projetos de extensão universitária. O que foi motivado pela própria experiência da pesquisadora e de sua orientadora, coordenadora do Projeto de Extensão FOB USP Rondônia. Por conta disso, essa reflexão também tem o desejo fundamental de pensar numa proposta alternativa de constituição dos projetos de extensão na área de saúde.

Nesta tese de doutorado se propôs uma reflexão sobre o estado da arte dessa questão e o quadro dessa realidade a partir principalmente do pensamento de Paulo Freire, por ser este pensador a referência sabidamente mais relevante na crítica que se faz a concepção trabalhada nas práticas da extensão.

O segundo capítulo, aborda a temática da “construção conceitual da Extensão Universitária”, iniciando por uma contextualização histórica, quer no país de origem, quer na cronologia dos fatos, que passam por períodos específicos (séculos, décadas, Idade Média, Modernidade, etc) ou por tipologias que também apresentam componentes temporais (tradicional, assistencialista, crítica, etc). Nas diferentes formas de abordagens, identifica-se o percurso da Extensão Universitária, extremamente relacionado com seu momento social.

Ainda nesse capítulo, intitulado de *Parâmetros Conceituais*, apresenta-se um histórico do projeto de extensão em questão e o território sobre o qual desenvolveu a investigação, para verificar de que modo os principais parâmetros conceituais ideológicos que “amparam” à temática – Extensão Universitária – atua e se comporta em relação aos pressupostos do pensamento de Paulo Freire, deixando evadir diversos outros, tão complexos e vivo.

No terceiro capítulo sua *Proposição* é analisar a contribuição da pedagogia dialógica na prática da extensão universitária permitindo verificar que a formação do aluno vai além da aquisição de conhecimentos técnico-científicos. Este capítulo, ainda, apresenta os objetivos específicos desta pesquisa.

A *Característica do Estudo* é apresentada no quarto capítulo descrevendo o referencial metodológico da pesquisa e as estratégias da coleta de informações.

No quinto capítulo se analisa os resultados no sentido de apontar que tipo de pensamento é hegemônico neste projeto, dialogando com os pressupostos freirianos e quais as consequências disso para a comunidade e para os futuros profissionais de saúde.

E em suas *Considerações Finais*, estruturamos e reestruturamos através de projetos de extensão universitária, a atuação dos discentes, futuros profissionais de saúde, em contextos diversos a sua realidade, propiciando a reflexão e ação, produzindo conhecimento interdisciplinar e favorecendo a visão integrada do social, sendo indissociável do ensino e da pesquisa.

2 Parâmetros Conceituais

2 PARÂMETROS CONCEITUAIS

2.1 A CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – SEU PROCESSO HISTÓRICO – TEMPOS E CONCEITOS.

“Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexa de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino.”

(SANTOS – Plano Nacional Extensão Universitária)

A Extensão Universitária tem seu nascedouro no Mosteiro de Alcobaça, em Portugal, por volta do ano de 1269, sendo depois adotada por colégios religiosos, incluindo os criados pelos Jesuítas na América Latina já no período colonial (ROCHA, 2001 ALVES, 2011).

Aos poucos as práticas extensionistas foram sendo difundidas, especialmente através de escolas ligadas à Igreja Católica. Os primeiros relatos sobre Extensão Universitária datam da segunda metade século XIX, através das Universidades Populares Europeias, onde houve uma disseminação de conhecimentos técnicos ao povo. A principal finalidade da universidade era promover a divulgação da Universidade perante a sociedade (PEREIRA et al, 2010).

Vinculada a uma nova concepção de educação continuada, destinada não apenas às camadas menos favorecidas, mas à população adulta em geral, que não se encontrava na Universidade, a Extensão Universitária – já com esta denominação – tem sua primeira experiência na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, em 1867, quando seu dirigente inicia um programa de palestras, que pelo sucesso alcançado, leva a Instituição de Ensino Superior (IES) a adotar a prática extensionista como componente de sua estrutura. Esse modelo que emerge das universidades para a comunidade é de caráter essencialmente assistencialista. (ROCHA, 2001 ALVES, 2011)

FONTE: ALVES, 2011

FIGURA 1 – LINHA DO TEMPO – EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

BERNHEIM (2001) aponta que, além de atos de bondade e caridade, as atividades extensionistas foram, aos poucos, ganhando um caráter político. Os valores medievais levaram a universidade até a sociedade e os valores dos séculos XIX e XX fizeram com que a sociedade quisesse entrar na Universidade:

La Universidad educa de acuerdo con la sociedade em que está instalada, que exige um determinado tipo de educacion. No debemos trabajar con un concepto abstracto e idílico de educación ni de cultura. La educación no es neutral como no lo es la cultura. Una y otra están, valorativa, social y politicamente orientadas siempre y de modo inevitable.

(BERNHEIM, 2001, p.39)

A história da Extensão Universitária na América Latina tem o seu ponto mais marcante no eixo relacionado com o movimento estudantil de Córdoba na Argentina, ocorrido em 1918. Após alguns anos, de acordo com ROCHA (2001), há um momento de grande efervescência do extensionismo universitário que se dá quando ele é incorporado como uma das bandeiras de luta do movimento estudantil, onde os universitários assumiram o poder na Universidade Católica tradicional existente nesta localidade.

ROCHA (2001) destaca que a ação dos estudantes, a partir de Córdoba, coloca a extensão universitária em evidência, com a criação de Universidades Populares em várias nações latino-americanas, sendo as mais expressivas as Universidades Populares Gonzales Prada, no Peru, e José Martí, em Cuba. A extensão universitária, vivenciada nas Universidades Populares, passará a ser vista pelos militantes dos movimentos universitários como uma obrigação. Durante o 1º Congresso Internacional dos Estudantes, realizado no México em 1921, o documento final produzido ressaltava que:

[...] La extension universitária es uma obligación de las asociaciones estudiantiles, puesto que la primeira y fundamental acción que el estudiante deve desarrollar em la sociedade es difundir la cultura que de ella há recebido entre la ban minister.

(ROCHA, 2001, p.7)

No Brasil, nos anos de 1914 até 1917, funcionou a Universidade Popular na Universidade Livre de São Paulo de orientação positivista, que chegou a proferir 107 lições públicas sobre temas que não chegaram a despertar o interesse das camadas populares. (ROCHA, 2001; SARAIVA, 2007; ALVES, 2011)

Os historiadores que tratam da questão da extensão apontam experiências então desenvolvidas e destacam que estas iam desde a participação dos universitários em campanhas de saúde; a assistência a populações carentes por meio de ações semelhantes às exercidas pelas pastorais da Igreja Católica; utilização do teatro escolar; até a prestação de contas do aprendizado feito, em

apresentações públicas nas catedrais durante o período da semana santa. (ROCHA, 2001; ROTHEN 2008)

A universalização e a extensão universitária, sob a influência do iluminismo e em contraposição ao dogmatismo identificado na idade média, originará iniciativas no sentido de mudanças, tendo, em seu eixo, a racionalidade, o império da ciência, em lugar do domínio da religião.

Na segunda metade do século XIX, houve na América Latina a difusão do ideário positivista e das ideias liberais, que, contrapondo-se ou associando-se, tem função de elementos que questionaram as estruturas sociais da época.

A década de 30 representara a oportunidade de um assumir da Extensão Universitária por parte dos dirigentes universitários, ou mesmo de dirigentes nacionais. Os responsáveis pela Educação Superior promoverão uma reorganização da função da Extensão, dando-lhe um caráter menos político e mais de prestação de serviços. (ROTHEN, 2008)

Na Reforma Francisco de Campos⁽¹⁾, em abril de 1931, foi publicado o Decreto Federal nº 19.851, referente ao Estatuto da Universidade Brasileira, em decorrência da Revolução de 1930 e do espaço que passam a ocupar os partidários do Movimento Escola Nova, aparece a primeira referência legal à Extensão Universitária; nesse documento a extensão foi associada a ideia da possibilidade de elevação cultural daqueles que não participavam da vida universitária.(BRASIL, 1931 ROTHEN, 2008)

[...] A extensão universitária se destina a dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontram diretamente associados à vida da Universidade, dando assim maior amplitude e mais larga ressonância às atividades universitárias, que concorrerão, de modo eficaz, para elevar o nível de cultura geral do povo [...]

(BRASIL, 1931, p.58)

⁽¹⁾ Alguns meses após assumir o Ministério de Educação e Saúde Pública em 1930, Francisco de Campos propõe sua primeira reforma de ensino, relativa ao ensino superior, consubstanciada em três decretos: a) Criação do Conselho Nacional de Educação (Dec. 19.850/31); b) Organização das Universidades Brasileiras (Dec. 19.851/31); c) Organização da Universidade do Rio de Janeiro (Dec. 19.852/31). Disponível no site do INEP: <http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp>

Em 1935, a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, concebe a Extensão como espaço de promoção de cursos isolados e autônomos. (SARAIVA, 2007)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promulgada em 1961 (Lei nº 4.024/1961), faz breve referência à Extensão Universitária, concebendo-a como cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou qualquer outro que a Instituição de Ensino Superior (IES) determinasse como “curso aberto a candidatos externos”. (BRASIL, 1961; NOGUEIRA, 2001)

No período de 1960 a 1964, a mobilização estudantil junto aos movimentos populares existente no país, na época, provocou as propostas da União Nacional dos Estudantes (UNE), registradas em documentos elaborados nos seminários realizados em Salvador, Curitiba e Belo Horizonte sobre a reforma universitária. Esses documentos concebiam a Universidade comprometida com as classes populares. A Extensão tinha papel fundamental por meio de cursos ou serviços sociais destinados às classes populares e também por meio de ações de apoio aos órgãos do governo. (SARAIVA, 2007)

O Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) foi institucionalizado legalmente na estrutura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) pela Resolução nº 57/65-U, de 28 de dezembro de 1965, de acordo com o anteprojeto apresentado pelo reitor, professor Onofre Lopes, com objetivo de formar profissionais adequados às necessidades e exigências das áreas interioranas do Brasil e conseqüentemente promover benefícios as populações rurais. (GURGEL, 1986)

O CRUTAC dá uma nova dimensão à universidade brasileira. A dimensão de uma universidade voltada para a comunidade, a dimensão de uma universidade integrada na realidade regional, a dimensão de uma universidade não teorizadora, assim como não alienada, mas uma universidade capaz de buscar na realidade, na vivência dos problemas, as soluções para o enfrentamento desses problemas.

O CRUTAC para o reitor Onofre Lopes, foi inspirado no sincero desejo de constituir-se em unidade de trabalho jovens universitários a serviço da promoção do homem rural e do desenvolvimento integrado da nação. E como os jovens

universitários serão os futuros dirigentes da nação, precisam desde cedo se encaminhar para os nossos problemas, na totalidade da sua extensão, e por eles se sensibilizarem para as necessárias soluções. (GURGEL, 1986)

Em 1966 é realizado o Primeiro Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, promovido conjuntamente pela Escola do Comando e Estado Maior das Forças Armadas e Universidade do Estado da Guanabara, onde se delineia uma proposta que, posteriormente, deu origem ao Projeto Rondon (PRO).

Dentro deste contexto, um dos principais fatos referentes à extensão no Brasil encontra-se no Decreto Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, que cria e define o departamento vinculado expressamente ao ensino e à pesquisa, estabelecendo, no artigo 10: “A Universidade, em sua missão educativa, deverá **estender** à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e pesquisa que lhes são inerentes”. (TAVARES, 2001 p.76)

Com a Reforma Universitária de 1968, através da Lei 5.540, são estabelecidas normas de organização e funcionamento do ensino superior, tornando a extensão obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino superior e nas universidades. Os artigos 20 e 40 dessa lei referem-se a cursos, atividades de ensino e pesquisa, como programas de melhorias nas condições de vida da comunidade. (BRASIL, 1968; SARAIVA, 2007)

Neste mesmo ano (1968), o Governo institucionaliza o PRO, embora o início de suas ações se deu em julho de 1967, com o movimento dos universitários do Rio de Janeiro, sob a liderança da ex-Universidade do Estado da Guanabara.(GURGEL, 2001; SARAIVA, 2007).

Foi um movimento da juventude que envolveu a tríade: o universitário, a universidade e a integração nas áreas de atuação. Sua finalidade era a de “promover estágios de serviços para estudantes universitários, objetivando conduzir a juventude a participar do processo de integração nacional” Foi um programa integracionista, baseado na filosofia humanista do Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, militar que desde 1886, ajudou a ocupar a região Amazônica.. (SANTOS, 2005; BRASIL, 2006)

O PRO trouxe o comprometimento com a evolução formativo profissional dos estudantes universitários para o exercício da cidadania.

No Governo do Presidente Geisel (1974-1979) teve a intenção de fortalecer o projeto, dotando-o de recursos para que pudesse propiciar uma participação intensa dos estudantes no processo de desenvolvimento social e econômico do País. Os Ministérios envolvidos na ocasião foram o do Interior, Educação e Cultura, Saúde e Comunicações. (SANTOS, 2005)

A decadência do projeto ocorreu no governo de José Sarney (1985-1990), determinando o fim do período de gerenciamento pelos militares no Brasil.

Em 1975, é elaborada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) a primeira política de Extensão Universitária no Brasil. É o plano de trabalho de Extensão Universitária que, embora concebido sob forte controle e censura, apresenta um significado avanço conceitual sobre Extensão.

A partir de 1980, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) coordena as reflexões e os debates sobre as concepções de Extensão, como resposta à ação articulada que vinha ocorrendo no interior das IES. O fórum teve um objetivo comum e claro, ser um espaço de interlocução com o MEC para o estabelecimento de uma política nacional de extensão. (NOGUEIRA, 2001; SARAIVA, 2007; PEREIRA, 2010)

No Brasil, a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas ocorreu em 1987, tendo como base algumas questões já consensuais entre seus membros participantes, as quais seriam o fundamento para elaboração das políticas de Extensão. O Fórum é uma entidade voltada para a transformação social para o pleno exercício da cidadania e fortalecimento da democracia. Neste mesmo ano, acontece o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, discutindo referenciais para estabelecer o Plano Nacional de Extensão Universitária, no qual o conceito de extensão estabelecido ficou sendo: “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidades e a sociedade”. (PEREIRA, 2007, p.17). O Fórum veio a ser responsável por um maior avanço na conceituação de extensão do

Brasil. Canalizou as discussões, a respeito do conceito, mas também sobre suas implicações na alteração das perspectivas de ensino e pesquisa.

A extensão como prática acadêmica visa interligar as atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, procurando assegurar o compromisso social da Universidade. Ressalta-se que, pela especificações dessa prática acadêmica, as ações da Universidade não podem substituir as responsabilidades governamentais[...] Tendo como parâmetro o princípio da indissociabilidade entre ensino e pesquisa e extensão, é fundamental dimensionar as relações que se estabelecem ou que devem se estabelecer entre ensino/extensão e pesquisa/extensão no cotidiano da vida acadêmica.

(NOGUEIRA, 2000 p.91).

Em 1988, o artigo 207 da Constituição Brasileira dispõe que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. A partir deste princípio, a extensão deixa de ser um braço, e passa a ser um dos membros do tripé sobre o qual se articula a educação superior, pois ela passa a ser compreendida como instrumento articulador do ensino e da pesquisa e como elemento propiciador da relação transformadora entre a universidade e a sociedade; nesse sentido, concebe-se que a extensão universitária transformaria o ensino e a pesquisa, e que os três elementos articulados, buscam transformar a sociedade. (BRASIL, 1988).

Com a promulgação da Lei nº 9.394, em 1996, é estabelecido as diretrizes e bases da Educação Nacional, com a revisão da Lei nº 4.024, de 1961, a questão da Extensão Universitária fica bem delineada, em seu inciso VII do art. 43: “(...) promover a extensão universitária, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefício resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. (BRASIL, 1996)

O eixo estruturante do processo formativo foi definido na articulação entre o indivíduo e a sua situação, onde os projetos de extensão representaram um dos eixos que pretendia aproximar o conhecimento que era produzido e compartilhado no seio das universidades com as comunidades. Assim, a população poderia

vivenciar os eixos de ensino e pesquisa, completando o ciclo de aprendizagem de forma orgânica, nas modalidades de ensino, pesquisa e extensão.

A partir de então, houve a necessidade de criação de um Plano Nacional de Extensão, criado no ano de 2000 e elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto. Segundo o documento, este modelo de extensão:

[...] vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos – cursos, conferências, seminários, prestação de serviços, assistência, assessorias e consultorias; e difusão cultural (realização de eventos ou produções artístico-culturais). Portanto, objetiva-se retirar da extensão o caráter de “terceira-função” para (...) dimensiona-lo como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através das pesquisas básicas aplicadas, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta [...].

(PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO, 2000/2001 p.3).

Em 2001, é promulgada a Lei n. 10.172 de 09 de janeiro de 2001, que institucionaliza o Plano Nacional de Educação, que estabelece para a extensão universitária a possibilidade de adoção de créditos para a atuação de estudantes de graduação em ações extensionistas. (BRASIL, 2001; SARAIVA, 2007).

No ano de 2003, a União Nacional dos Estudantes (UNE), encaminhou ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva, propostas para a reativação do Projeto.

O PRO, em 2004, recebe novamente o apoio governamental, sob a coordenação do Ministério da Defesa e o apoio acadêmico-pedagógico do Ministério da Educação, entretanto agora, com um novo formato. Os objetivos estão voltados para a melhoria da qualidade de vida da população Amazônica, visando o desenvolvimento e também a autonomia das comunidades. (SARAIVA, 2007).

Reconhecendo o papel estratégico das universidades, em especial as do setor público, para o desenvolvimento econômico e social do país; o governo adotou medidas com o objetivo de retomar o crescimento do ensino superior público, com a criação de novas universidades federais. Também são criados “*campi* universitários” em diversas regiões do país, expandindo as ações das universidades federais para o interior. Com os *campi* universitários no interior, a Universidade, além do ensino de graduação, deve estar aparelhada para a pesquisa e extensão, com a participação de alunos e professores da sede da Universidade, interagindo em atividades extensionistas com os alunos e professores das regiões de influência dos novos *campi*, para o aprimoramento de sua formação. (SARAIVA, 2007).

Posto estas considerações, trabalharemos estes momentos históricos apresentados e conceitos de extensão universitária dentro do pensamento defendido por Paulo Freire. Para fins de sistematização e da análise desta historicidade e destes conceitos subdividiremos em tópicos as matizes conceituais da extensão universitária, conforme apresentado por SERRANO, 2001.

2.2 – CONCEITOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: DIALOGANDO COM O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE.

A educação universitária, encontra-se pautada em três pilares: ensino, pesquisa e extensão. Pensar a universidade a partir desses três pilares de formação profissional, geração de novos conhecimentos e disseminação desses conhecimentos é um processo complexo face à natureza e diversidade do trabalho acadêmico. Neste contexto, a extensão universitária, apresentando essa diversidade conceitual e prática, interfere expressivamente no “pensar” e no “fazer” no interior da Universidade. (BRASIL et. al., 2010)

Fundamentada no pensamento freireano, a concepção de extensão universitária nos permite a ideia de uma extensão desenvolvida no diálogo, no respeito à cultura local, em um processo transformador, emancipatório e democrático.

A extensão universitária, tem se constituído, historicamente com base em algumas concepções e significados; encontramos quatro momentos expressivos de sua conceituação e prática: o modelo da transmissão vertical do conhecimento; o voluntarismo – a ação voluntária sócio-comunitária; a ação sócio comunitária institucional e o acadêmico institucional. Esses momentos ocorrem principalmente ao longo da história das universidades brasileiras públicas, em razão de sua história e de seu projeto pedagógico. (SERRANO, 2001)

Dos vários matizes e diretrizes conceituais: da extensão cursos, à extensão serviço, à extensão assistencial, à “redentora da função da Universidade” à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à extensão cidadã, identificamos um novo significado da extensão nas relações internas com os outros fazeres acadêmicos, e na sua relação externa com a comunidade. (SERRANO, 2001)

2.3 – MATIZES CONCEITUAIS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

2.3.1 – A TRANSMISSÃO VERTICAL DO CONHECIMENTO E A EXTENSÃO SERVIÇO

Para compreendermos o momento conceitual da extensão universitária é necessário pensá-la a partir de seus movimentos políticos. A evolução da extensão na América Latina tem uma historicidade própria, e os registros de sua prática tem o aparecimento mesmo antes do termo Extensão. (ROCHA, 2001 SERRANO, 2001)

ROCHA (2001) – A construção do conceito de Extensão Universitária na América Latina – aponta como origem da extensão as universidades europeias medievais, em especial a Universidade de Bolonha, entretanto, existem registros que consideram as primeiras escolas gregas, com suas aulas abertas ao público, como os primeiros movimentos de uma extensão universitária. Nas escolas gregas ou nas universidades europeias medievais, é possível identificar uma prática pedagógica verticalizada, onde a transmissão do saber era autoritária, da universidade para membros da sociedade e que a acessibilidade a estes conhecimentos era restrita a uma minoria.

Apesar de manter uma perspectiva dialética, as escolas gregas apresentavam suas aulas abertas a poucos, e ainda em torno de um conhecimento pouco transformador da realidade. Na Inglaterra do século XIX, os cursos ofertados atendiam aos interesses do capital e as práticas de extensão se davam através da participação dos universitários em campanhas de saúde, na utilização de teatro escolar e outros serviços. (SERRANO, 2001)

FREIRE (2006) em seu trabalho “Extensão ou Comunicação”, apresenta esse momento inicial da extensão como um momento autoritário da universidade, que desconhecendo a cultura e o saber popular, tem uma postura detentora de um saber absoluto, superior e redentor da ignorância.

A figura a seguir representa de forma esquemática o referido pensamento. (FIGURA 2)

FONTE: SERRANO, 2001

FIGURA 2 - ESQUEMA DO DIÁLOGO VERTICALIZADO DA UNIVERSIDADE

A educação que leva a humanização entende o homem como histórico, social e complexo, postura divergente do ensino tradicional que toma o homem como “coisa”, segundo Paulo Freire.

Freire nos dirá que a tarefa da educação é humanizar o educando, é preciso que ultrapassem o estado “de quase coisa” ou ainda nos questionará sobre o ato de conhecer e o papel do educador; afirmando que o conhecimento só se materializa, quando for apreendido e aplicado à realidade concreta.

“Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.”

(FREIRE, 2006 p.25)

É o exercício da reflexão e de sua aplicação, avaliando e optando por caminhos conscientes das consequências dos atos, não apenas para si, mas para todos os semelhantes, de forma que a criatividade possibilita ao ser humano relacionar-se com outros homens e com o mundo e, assim, criar sua história. Desconhecendo a cultura da população a quem se destina, esta extensão é anti-dialógica e manipuladora. Paulo Freire nos propõe a quebra da verticalidade, onde um ator é sujeito e o outro objeto, para uma relação onde todos possam ser sujeitos atuantes, que agem e pensam criticamente.

2.3.2 – O VOLUNTARISMO – A AÇÃO VOLUNTÁRIA SÓCIO COMUNITÁRIA

ROCHA (2001), aponta o Movimento Estudantil de Córdoba/Argentina que em 1918, torna-se marco de novos paradigmas para extensão universitária, principalmente na América Latina, como um movimento que rompe com uma prática

de extensão universitária verticalizada e pontual. Numa perspectiva mais politizada, mais ideologizada, a extensão universitária passa por experiências com a Igreja, a partir das ações educativas, principalmente dos jesuítas na idade média; pela interface com o movimento iluminista tomando um caráter, que o autor denomina de “Ação Revolucionaria”; é o grande movimento deste momento conceitual.

Esta extensão universitária tem como fundamento o comprometimento com mudanças sociais, com vínculos ideológicos e pensada a partir da militância política dos docentes e discentes.

O movimento estudantil passa a questionar as práticas dissociadas dos problemas locais e as ações pontuais desenvolvidas pelas universidades, motivados pelos ideais de liberdade surgidos principalmente nas Américas contra o jugo europeu; consequência do movimento produzido pelas ações educativas desenvolvidas pelos jesuítas “fora do muro de seus colégios”, que tinham como objetivo a ação filantrópica e o atendimento aos pobres. (SERRANO,2001)

BERNHEIM (2001), relata que pelo extensionismo rural desenvolvido nos Estados Unidos e as experiências de participação de universitários em campanhas educativas e de assistência às populações carentes; o movimento estudantil, a partir de Córdoba, passou a atribuir, às atividades de extensão universitária, o objetivo de fortalecimento da universidade, pela projeção da cultura universitária e a preocupação com os problemas nacionais

Através da experiência das universidades populares da Universidade de Oviedo, inicia-se na América Latina uma prática ideológica de grupos anarquistas, socialistas, comunistas, liberais e positivistas, que geram na Argentina, mais especificamente em Córdoba, uma nova maneira de pensar a universidade.

No Brasil, é expressiva a força política dos jovens universitários, desde o Brasil Colônia, principalmente os que estudavam no exterior; na Europa. Estes universitários sofreram a influência dos ideais da Revolução Francesa e da força do movimento dos trabalhadores ingleses, tais ideais demandaram uma crítica e uma nova práxis no interior das universidades. (SERRANO, 2001)

JEZINE (2001), afirma que as primeiras universidades populares, no Brasil, conhecidas como Universidades Livres foram: as de Manaus, criada em 1909, no Ciclo da Borracha; a do Paraná e a de São Paulo em 1911.

“A ação dos estudantes, a partir de Córdoba, colocará a Extensão Universitária em evidência, com a criação de Universidades Populares em várias nações latino-americanas... A Extensão Universitária vivenciada em forma de Universidades Populares, passará a ser vista pelos militantes dos movimentos universitários como uma obrigação... Nas Universidades Populares, os estudantes colocavam em prática metodologias, tecnologias e difundiam concepções de educação e de vida em sociedade, o que não tinham condições de vivenciar nas Universidades que estudavam.”

(ROCHA, 2001 p.19).

A extensão universitária, passa a apresentar uma interface entre o saber produzido no interior das universidades com a cultura local e desta com a cultura institucional. Uma trajetória para a transformação da sociedade, inicia-se neste tipo de extensão. Transforma-se a si mesma e transforma sua relação com os outros “fazer” acadêmicos – ensino e pesquisa.

No final da década de 30 e início dos anos 40, houve um aumento significativo de experiências de práticas educativas em extensão, no Brasil, tendo como foco a cultura, sendo criadas salas de leitura, experiências de rádio difusão, difusão cultural, além dos cursos e conferências abertas objetivando a discussão e soluções dos problemas sociais.

“A este nível espontâneo, o homem ao aproximar-se da realidade faz simplesmente a experiência da realidade na qual ele está a procura. Esta tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência”.

(FREIRE, 1980 p.26).

O pensamento freireano, realiza uma crítica ao voluntarismo na medida em que falte o método, falte à releitura da realidade modificada, dentro de uma perspectiva sócio-cultural e na relação consciência/mundo. Por outro lado podemos buscar em Paulo Freire vários conceitos e idéia-força que podem demonstrar os avanços desses movimentos em extensão, quais sejam: a dialética, a utopia e o respeito à cultura local.

Na conscientização, ou a partir da conscientização, o homem adquire uma consciência e um compromisso histórico, que é um processo permanente de natureza dialética em que o conscientizado se converte no que Freire denomina “fator utópico”, e que segundo o educador:

“A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica”

(FREIRE, 1980 p.26)

Este movimento de Ação Voluntária Sócio-comunitária, pelos seus princípios, pode-se dizer que uma das grandes diretrizes é a abertura ao diálogo, se antes a Universidade abria-se de forma autoritária, verticalizada, “coisificando” o homem, as Universidades Populares, o Movimento Estudantil, tratam de iniciar a construção do diálogo como princípio de trabalho da extensão universitária, ou seja, o reconhecimento da capacidade do outro de construir relações com outros e com o mundo. (SERRANO, 2001 FREIRE 2006),

FREIRE (2006) ao criticar o extensionismo agrícola antidialógico e mecanicista, em Extensão ou Comunicação, destaca como uma invasão cultural que manipula, submete e domestica. Desta maneira, ao fazer extensão é necessário compreender o outro como sujeito histórico, cultural, respeitando seus valores e cultura.

Conforme os pressupostos freireanos, o homem não pode ser pensado ou analisado como um recorte isolado do contexto em que se insere. Toda e qualquer reflexão deve estar embasada no momento histórico e no lugar em que este homem vive e no seu momento.

2.3.3 – A AÇÃO SÓCIO COMUNITÁRIA INSTITUCIONAL

No começo da década de 30 inicia-se o processo de reforma universitária no Brasil, a partir dos militantes do movimento da Escola Nova, que passam a ocupar espaços de destaque no governo, é elaborado o Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, que regulamenta o Estatuto das Universidades Brasileiras, essa normatização define extensão pelos seus objetivos. (ROCHA 2001, BRASIL 1931),

A institucionalização da extensão centrada na forma de cursos e na difusão do conhecimento, é percebida nesta normatização como uma via de “mão única” de uma Universidade que sabe para uma comunidade que não sabe. Como diz Paulo Freire, esta extensão toma um caráter redentor , manipulador e messiânico.

NOGUEIRA (2001, p.59), contextualizando esta normatização, nos dirá: *“Registra-se que, subjacente a essas propostas, estava o objetivo de propagar os ideais de uma classe hegemônica que se instalara no poder.”*

A Ação Sócio-Comunitária Institucional nasce no Brasil, numa perspectiva domesticadora, entretanto, o movimento das universidades populares e do movimento estudantil foi seu contraponto, começando a levar os estudantes à troca de experiências com a comunidade, e a participar e tentar compreender a vida social brasileira. (SERRANO, 2001)

A maior contribuição do movimento estudantil promovido pela União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1937, segundo NOGUEIRA (2001, p.59), *“foi a metodologia de trabalho utilizada, que possibilitava a reflexão sobre as ações realizadas.”*

Numa conjuntura de ditaduras na América Latina, nos anos 60 e 70, o movimento estudantil e a prática de uma extensão universitária emancipadora,

passa a ser entendida como ação de risco ao regime militar vigente no Brasil. Como forma de se contrapor e cooptar os estudantes para o trabalho assistencial comunitário, o governo militar institui no Brasil programas de atuação esporádica e desvinculada das instituições universitárias. NOGUEIRA (2001, p.60), relata ser esta uma proposta “*incorporada ao ideal DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA, em que os alunos eram apenas executores*”.

Surge o movimento de ação sócio-comunitária institucional, que em sua natureza institucional tem o costume de não ser vinculada às universidades e sua prática sócio-comunitária não era sistemática, nem sistêmica, os estudantes eram levados a conhecer apenas parte da realidade trabalhada e não estabeleciam vínculos mais permanentes com o local. Esse movimento se materializa no PRO, e no CRUTAC – tomando por seus propósitos o foco da manutenção da ordem e segurança nacional. (SERRANO, 2001 SARAIVA, 2007).

“Critica-se o caráter esporádico das atividades, sua desarticulação com a instituição Universitária como um todo e a falta de continuidade das ações, entre outros aspectos. O retorno do estudante à academia era quase sempre problemático, pois, ao conhecer a realidade de regiões e comunidades mais carentes, ele levava para as salas de aulas questões muitas vezes desconhecidas dos professores”

(NOGUEIRA, 2001 p.61).

Estes projetos promoveram um retrocesso no movimento crescente iniciado pelo ME, e no pensamento freireano retomam a extensão universitária numa prática conservadora e meramente assistencialista, contrapondo à extensão crítica e socialmente comprometida. Permanece, portanto, a crítica a uma extensão universitária verticalizada, antidialógica e manipuladora.

Em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que restringiu a extensão universitária ao caráter de cursos. (BRASIL, 1961; SERRANO, 2001)

2.3.4 – O ACADÊMICO INSTITUCIONAL

No começo dos anos 60, dentro de uma concepção mais autônoma e transformadora da universidade, inicia-se na Universidade do Recife o movimento de Extensão Cultural que foi “lócus nascedouro” do método Paulo Freire e de suas teorias. Tal iniciativa foi cessada com o regime militar e com a cassação de Paulo Freire e a suspensão da publicação de suas ideias no Brasil.

Este momento no país, poderia ter se constituído na redefinição da Universidade e da Extensão Universitária; uma vez que o método Paulo Freire implantado demonstrou ser emancipador.

Com implementação das ideias de Paulo Freire no Peru em 1972, no plano de governo de Veloso Alvorado, propunha a Extensão Cultural para o ensino superior, mas também uma ação exercida por docentes e discentes do ensino fundamental e médio, demonstrando essa propriedade também no Brasil. (BERNHEIM, 2001 GURGEL, 2001).

“No Brasil, as concepções de Freire, um proscrito oficialmente, eram refuncionalizadas, possibilitando seus seguidores agirem de acordo com suas orientações, sem usarem os termos que ele usava. No Ministério da Educação, o grupo que ocupava a Coordenação das atividades de extensão – CODAE tinha Freire como referência central, o que pode ser mais bem evidenciado na análise do Plano de Ação lançado em 1973. Falava-se em realimentação, mão dupla, retroalimentação e outras terminologias similares que, na realidade, propiciaram a incorporação do sentido de comunicação ao extensionismos”

(GURGEL, 2001 p.22).

Os ideais de Paulo Freire passam a fundamentar os conceitos e práticas da Extensão Universitária de que se institucionaliza a partir dos anos 80. Inicia-se a discussão sobre indissociabilidade entre os fazeres acadêmicos e a desmitificação da extensão universitária como militância política. Também se discute o conceito da troca, da extensão como via de mão dupla, e da Extensão como produção de conhecimento.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, criado em 1987, passa a coordenar a discussão conceitual e prática da extensão universitária.

“A criação do Fórum Nacional ocorre tendo como base algumas questões já consensuais entre seus membros participantes, as quais seriam o fundamento para elaboração das políticas de Extensão. Isso significa que o entendimento entre os Pró-Reitores se deu a partir dessas ideias consensuais, que podem ser apreendidas como conclusões dos documentos dos encontros regionais. São elas: o compromisso social da Universidade na busca da solução dos problemas mais urgentes da maioria da população; a indissociabilidade entre as atividades de Ensino, Extensão e Pesquisa; o caráter interdisciplinar da ação extensionista; a necessidade de institucionalização da Extensão no nível das instituições e no nível do MEC; o reconhecimento do saber popular e a consideração da importância da troca entre este e o saber acadêmico; a necessidade de financiamento da Extensão como responsabilidade governamental.”

(NOGUEIRA, 2001 p 67).

O Fórum de Pró-Reitores define em sua primeira reunião, a extensão universitária como sendo:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

(FÓRUM NACIONAL, 1987 p.11)

Este conceito coloca a extensão no campo acadêmico. Ao fazer extensão estamos produzindo conhecimento, um conhecimento que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade e vice-versa.

Nesta concepção é apresentada uma extensão universitária democrática, que é instrumentalizadora do processo dialético teoria/prática e que problematiza de forma interdisciplinar, possibilitando uma visão ampla e integrada da realidade social. Encontramos a relação dialética, a sistematicidade, o reconhecimento do outro e de sua cultura, a apropriação pelo outro do conhecimento com liberdade para transformá-lo. Podemos dizer que esta concepção é característica do universo teórico de Paulo Freire.

Na análise da ideia, podemos identificar o conceito da “via de mão dupla”, pois esta é uma concepção que conecta, entretanto, não possibilita a combinação e a construção de um saber novo. É claro que na relação universidade/sociedade os atores não trocarão de papéis ou perderão sua identidade, mas devem gerar mudanças, transcender, assim a Universidade que vai não será a mesma que retorna, e a comunidade também não será a mesma.

“A Educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos.”

(FREIRE, 1983 p.28).

Sobre o conceito e forma, a LDBEN não avança muito, apresentando a extensão universitária como mecanismo de acessibilidade ao conhecimento gerado nas instituições na forma de cursos, ou seja, uma via de mão única de disseminação de conhecimento. Esta normatização na educação superior não tem conseguido trazer para o institucional o processo pedagógico que esta em construção pela vertente da extensão universitária.

Algumas mudanças nas concepções pedagógicas no interior das universidades brasileiras, nos últimos vinte anos, estão ocorrendo. Estas mudanças podem ser percebidas quando um novo conceito de sala de aula, rompe com o modelo tradicional de verticalização do ensino e passa-se a estabelecer novas metodologias de aprendizagem; quando da preocupação de formação cidadã e não

só técnica; quando da preocupação institucional de ampliação de acesso e democratização do saber; entre outros.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 1988, elabora o Plano Nacional de Extensão Universitária. Esse Plano entre outras diretrizes concebe a Extensão Universitária numa perspectiva cidadã, através do Programa Universidade Cidadã.

FREIRE (2001) defende que o papel do educador frente a educação não se refere apenas ao espaço educativo, mas principalmente no onde, como, com quem e quando, as construções junto aos educandos emergirão da sociedade como força motriz para a transformação.

Diante do exposto, apresentaremos a seguir o Projeto de Extensão Universitário FOB USP Rondônia, seu histórico e sua relevância social.

Entendendo que saúde é a expressão da qualidade de vida de uma população geográfica e historicamente referenciada; e que a saúde e a doença vêm sendo entendidas, atualmente, intimamente vinculadas às condições em que as pessoas vivem e produzem no interior da sociedade, descreveremos também o território de nossa investigação. Sendo que um perfil patológico de um determinado grupo social é mutável no tempo e varia dentro de uma mesma sociedade, de uma mesma época, dependendo do modo como as relações se estabelecem entre as pessoas, de região para região – rural ou urbana – e com possibilidades diferenciadas de consumo em localidades geograficamente distintas. (NUNES, 2003).

2.4 – O PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA FOB USP RONDÔNIA – HISTÓRICO E RELEVÂNCIA SOCIAL

A conquista da interdisciplinaridade entre ensino, pesquisa e extensão representa hoje um dos maiores desafios das universidades brasileiras, e a discussão sobre tal tema assume importância neste momento em que se propõe uma reforma universitária. Enquanto a pesquisa e o ensino têm sido alvo de discussões que originaram elaborados sistemas de avaliação da produção científica e da qualidade dos cursos, a extensão universitária, por outro lado, não recebeu a mesma ênfase, nem sofreu as transformações necessárias em ritmo e intensidade pertinentes para acompanhar a evolução do ensino superior.

A revalorização da extensão não é alheia às atualizações na formação acadêmica:

A nova visão de extensão universitária passa a se constituir parte integrante da dinâmica pedagógica curricular do processo de formação e produção do conhecimento, envolvendo professores e alunos de forma dialógica, promovendo a alteração da estrutura rígida dos cursos para uma flexibilidade curricular que possibilite a formação crítica.

Percebe-se, com isso, que a formação do aluno vai além da aquisição de conhecimentos técnico-científicos, até porque esses se esvaziam quando não integrados à realidade. Para uma abordagem inovadora, a aprendizagem deve ir além da aplicação imediata, impulsionando o sujeito a criar e responder a desafios, a ser capaz de gerar tecnologias e de manter a habilidade de aprender e recriar permanentemente; ou seja, a graduação deve se transformar no locus de construção/produção do conhecimento, em que o aluno atue como sujeito da aprendizagem (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2000). Como defende o Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, na formação do profissional é imprescindível sua interação com a sociedade para situá-lo historicamente, identificá-lo culturalmente e referenciar a sua formação técnica à realidade.

Nas Ciências Biológicas, as DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO (2000) buscam promover um perfil

generalista, humanístico, crítico e reflexivo. Os conteúdos programáticos das disciplinas curriculares devem fomentar a reflexão sobre a realidade do aluno para uma atuação comprometida com a transformação da sociedade. Por outro lado, explicitamente, a extensão é referida nas Diretrizes Curriculares como atividade complementar em que mecanismos de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, nessas atividades, devem ser criados pelas instituições, com a opção de incluí-las como parte da carga horária curricular.

O Projeto de Extensão Universitária FOB USP Rondônia apresenta uma ótica diferenciada de contribuição de projetos de extensão universitária para a formação e inclusão de comunidades ribeirinhas e da população de Monte Negro/RO na prestação de serviços em saúde.

A Universidade de São Paulo (USP) chegou ao estado de Rondônia em 1990, convocada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo Instituto Pasteur de Paris, para desenvolver pesquisa sobre a malária brasileira, que sua ocorrência era quase exclusivamente na região amazônica.

A população do estado estava espalhada em lugares de difícil acesso: sobretudo ribeirinhos, às margens dos numerosos rios, e trabalhadores rurais, que foram a Rondônia para ocupar as terras cedidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma. Agrária (INCRA), o que gerava um grande desafio para a inclusão dessa população ao sistema de saúde, que na época era quase inexistente.

A USP junto com o governo de Rondônia, foi responsável pela criação e adaptação de diversos núcleos de saúde no interior do Estado. No projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que mapearia as áreas de risco em Rondônia para a ocorrência de doenças endêmicas, surgiu com a participação da USP, o primeiro Programa de Saúde da Família (PSF) da Amazônia, que consistia em levar a assistência médica às populações mais afastadas das cidades.

Começaram a surgir outras pesquisas sobre doenças tropicais e com a adoção deste projeto pelo professor Dr. Luís Marcelo Aranha Camargo, em outubro de 1996, foi estruturado no município de Monte Negro – RO, um dos mais

importantes órgãos de pesquisa, ensino e assistência da Amazônia, o Instituto de Ciências Biomédicas 5 (ICB5) da Universidade de São Paulo, para estudo e acompanhamento dessas doenças, comuns às cidades da região Norte do País.

Com o tempo, o referido centro de excelência foi agregando outras áreas do conhecimento dos quadros da USP, a fim de proporcionar melhores condições de saúde à população.

O ICB5 possui hoje uma área construída de 500 m², entre diversos laboratórios, biblioteca, sala de informática, serpentário, insetário e um alojamento para professores, pesquisadores e estudantes, que pode abrigar até 50 pessoas. Dentre suas principais atividades e projetos de pesquisa, estão os relacionados com o estudo da malária, doença de Chagas, leishmaniose, capilaríase hepática, cromoblastomicose e desnutrição, envolvendo profissionais de diversas instituições, como a Faculdade São Lucas (de Porto Velho), Universidade Federal de Rondônia (Unir), Instituto Butantan, Fundação Instituto Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Instituto de Química da USP e a Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB/USP).

FONTE: ACERVO FOTOGRÁFICO DO PROJETO DE EXTENSÃO FOB USP RONDÔNIA

FIGURA 3 – CAMPUS AVANÇADO NO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO – ICB5 – USP.

O Instituto promove alguns cursos nas áreas de micologia, bacteriologia, entomologia médica e manejo de animais peçonhentos. Ainda oferece, durante uma semana a cada mês, atendimento médico para a população de Monte Negro e arredores; e organiza uma vez por semestre, uma expedição através dos rios Machado e Preto, de Rondônia, proporcionando serviços de atendimento médico para estas comunidades ribeirinhas.

Tendo o apoio de sua diretora Profa. Dra. Maria Fidela Navarro, a Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB–USP), iniciou numa nova dimensão do trabalho no município de Monte Negro/RO, por meio dos cursos de Odontologia e Fonoaudiologia, através dos Prof. Dr. José Roberto Magalhães Bastos e Profa. Dra. Magali de Lourdes Caldana.

Atualmente, o Projeto “FOB USP Rondônia” mantém a Clínica de Saúde Bucal e Fonoaudiológica “João Adolfo Caldas Navarro” para que os atendimentos sejam realizados no município de Monte Negro/RO. A clínica localiza-se no centro da cidade e conta com uma estrutura de quatro equipes odontológicas completas, dois aparelhos de raio X, duas salas de atendimentos fonoaudiológicos, laboratório de prótese, recepção e almoxarifado.

Ao longo destes dez anos, o Projeto “FOB_USP em Rondônia” já realizou 22 expedições proporcionando, aos cursos de graduação e pós graduação em Odontologia e Fonoaudiologia, um espaço de interação entre docentes/discentes/funcionários da Universidade/ município de Monte Negro – RO; produção/construção do conhecimento, em novos cenários de aprendizagem.

Em janeiro de 2010, foi realizada a primeira expedição (25 de janeiro à 05 de fevereiro de 2010), como parte da disciplina Saúde Coletiva: ações da USP em Rondônia II. Em 2012, no mês de janeiro, com o objetivo de propor ações de saúde coletiva trabalhando a interdisciplinaridade (odontologia, fonoaudiologia e outras áreas da saúde), foi institucionalizada as disciplinas BAS5724-1 – Pesquisa e Extensão: Práticas em Rondônia I e BAS5725-1 – Pesquisa e Extensão: Práticas em Rondônia II.

O Projeto de Extensão Universitária FOB USP Rondônia tem atuado de forma eficaz nos municípios e comunidades ribeirinhas do Estado de Rondônia,

região Norte do país, suportado pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. Os alunos de graduação e pós graduação de Fonoaudiologia e Odontologia tem a oportunidade de colocar em prática os ensinamentos adquiridos em sala de aula e de conhecer uma realidade frequente no país em que vivem e onde alguns deles podem vir a atuar profissionalmente depois de formados.

Assim, a extensão universitária permite ao discente colaborar com a ação, socializando o conhecimento, estreitando as barreiras existentes entre a comunidade e a universidade. Trata-se do relacionamento entre a teoria e a prática, ou seja, faz com que o conhecimento ultrapasse as salas de aula, indo além, permitindo o aprendizado também pela aplicação e pela prática (SILVA, 1996). Por meio da extensão universitária concretiza-se a possibilidade de interferência e mudança social na vida de um indivíduo ou comunidade.

FONTE: ACERVO FOTOGRÁFICO DO PROJETO DE EXTENSÃO FOB USP RONDÔNIA

FIGURA 4 – CLÍNICA DE ODONTOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA “JOÃO ADOLFO CALDAS NAVARRO – MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO/RO – USP.

As comunidades onde o projeto atua são beneficiadas com ações assistenciais, educativas e preventivas, que são desenvolvidas com o objetivo de promover saúde à população e melhorar sua qualidade de vida. Este projeto visa fazer com que estas populações possam agir efetivamente sobre as mudanças necessárias para melhorar suas condições de vida e saúde. Além disso, este projeto visa capacitá-los a refletir sobre suas metas e objetivos e como alcançá-los.

Uma das frentes de atuação do projeto consiste na capacitação em saúde de agentes comunitários e de professores da rede pública de ensino. A construção deste conhecimento traz como consequência a formação de profissionais participativos, com a capacidade de multiplicar as ações do projeto durante todo o ano. Para que esta emancipação se concretize, deve haver o compromisso com a transformação da realidade, entre os integrantes do projeto e comunidade. Este objetivo transparece nas ações do projeto, pois este busca criar condições para a construção de um conhecimento que a própria comunidade possa aprender e gerir por si só, encontrando soluções para seus problemas.

FONTE: ACERVO FOTOGRÁFICO DO PROJETO DE EXTENSÃO FOB USP RONDÔNIA

FIGURA 5 - CAPACITAÇÃO EM SAÚDE DE AGENTES COMUNITÁRIOS E DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO.

2.4.1 – O TERRITÓRIO INICIAL SOBRE O QUAL SE APRESENTOU A PRESENTE INVESTIGAÇÃO

Figura 6 – Mapas Brasil, Estado de Rondônia e Município de Monte Negro

Fonte: ICB5, 2002; FOB/USP 2011

Rondônia é o 3º estado mais rico da região Norte, responsável por 11,6% do PIB da região. Apesar de ser um estado jovem (criado em 1982), possui o 3º maior Índice de Desenvolvimento Humano, o 2º maior PIB per capita, a 2ª menor taxa de mortalidade infantil e a 3ª menor taxa de analfabetismo entre todos os estados das regiões Norte e Nordeste do país. Entre 2002 e 2008, o estado apresentou o 10º maior crescimento acumulado do PIB, entre todos os estados brasileiros, com um volume acumulado de 35,8%. Rondônia também possui a 8ª melhor distribuição de renda, 4ª menor incidência de pobreza e o 11º melhor desempenho na avaliação do PISA 2009 de todo o Brasil. IDH = 0,776 (PNUD/2005). Este território federal colonizado por migrantes do sul do país nas décadas de 60 e 70 e promovido à condição de estado há 30 anos, vem produzindo estudos de ponta na área de Saúde e Meio Ambiente.

Histórico – Monte Negro – Rondônia/RO

Surgiu como núcleo urbano de apoio rural ao Projeto de Assentamento Dirigido Marechal Dutra com o nome de Boa Vista. O projeto de emancipação que tramitava na Assembleia Legislativa do estado de Rondônia trazia esse nome, fato que impedia a criação do município, porque já existia um município, com esse topônimo.

Em homenagem a um acidente geográfico existente no local, os moradores do povoado escolheram o nome de Monte Negro. O município com nome de Monte Negro, criado pela Lei Nº 378, de 13 de fevereiro de 1992, assinada pelo governador Oswaldo Piana Filho, com área desmembrada do Município de Ariquemes.

O município de Monte Negro, situa-se no interior do estado de Rondônia, a 329 quilômetros (Km) da capital, Porto Velho, e mais de 3.000 Km do estado de São Paulo. (JORNAL USP, 2005).

Tabela 1. Caracterização do município de Monte Negro/RO

Distância da capital Porto Velho	329 km
Área	1.931 km ²
População	14.091 hab. IBGE/2010
Densidade	7,30 hab./km ²
Altitude	227 m
IDH	0,685 médio PNUD/2000

Fonte: IBGE, 2010; FOB/USP 2011

Do total de sua população, 6.701 habitantes vivem na área rural e 7.390 na área urbana do município. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), 52,57% de sua população são indivíduos do gênero masculino e 47,43% do gênero feminino. (FIGURA 7)

FONTE: IBGE, 2010

FIGURA 7 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE – PIRÂMIDE ETÁRIA.

Sua atividade econômica principal é o beneficiamento de madeira, seguido do comércio local; agricultura (café, milho e arroz) e pecuária. A média da renda per capita em 1991 era de R\$ 119,26 e em 2000 elevou para R\$ 170,88.

Na população de Monte Negro, observa-se redução da taxa de analfabetismo no período de 1991 a 2000, e aumento do número de alunos matriculados no Ensino Fundamental. Esses dados podem ser observados nas tabelas 02 e 03.

Tabela 2- Taxa de analfabetismo da população de Monte Negro.

Grupo etário	1991 (%)	2000 (%)
7 a 14 anos analfabetos	20,97	8,41
10 a 14 anos analfabetos	7,96	3,75
15 a 17 anos analfabetos	7,38	3,21
Acima de 15 anos analfabetos	26,89	16,50
18 e 24 anos analfabetos	15,94	5,60
Acima de 25 anos analfabetos	34,22	22,18

Fonte: FOB/USP 2011

Estas características do município de Monte Negro/RO levam a reflexão da extensão universitária como ato político e com possibilidades de transformação neste contexto social.

3 *Proposição*

3 PROPOSIÇÃO

Esta pesquisa objetiva analisar a contribuição da pedagogia dialógica na prática da extensão universitária.

São, ainda, objetivos específicos deste trabalho:

- Verificar a relação dos extensionistas com as representações individuais e coletivas no contexto comunitário;
- Observar como a prática dialógica influencia na resolução dos problemas e enfrentamentos vivenciados pela comunidade;
- Identificar como o conhecimento, debate e aprofundamento teórico, referentes às demandas comunitárias e acadêmicas, contribuem para a autonomia do estudante em sua formação;
- Analisar como a experiência proporcionada pela extensão desperta o senso crítico do estudante.

4 Característica do Estudo

4 CARACTERÍSTICA DO ESTUDO

4.1 DA METODOLOGIA

Devido às características do objeto desta pesquisa - *“Projeto de Extensão da FOB/USP_Rondônia e o Pensamento Crítico Social na Formação do Fonoaudiólogo e Odontólogo: uma ação educativa transformadora”*, optou-se por realizar uma abordagem qualitativa na tentativa de “compreender um problema da perspectiva dos sujeitos que o vivenciam” (MINAYO, 2006; 2008), de forma que esta metodologia permite a obtenção de informações sobre aspectos específicos de um fenômeno, no que se refere a sua origem e sua razão de ser. De acordo com LUDKE e ANDRÉ (1986), esta abordagem, capta a realidade dinâmica e complexa do seu objeto de estudo no seu contexto histórico, tendo o ambiente social como sua fonte de dados, e estes apresentam-se de modo explicativo.

Segundo MINAYO (2006 p.45), “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

A abordagem qualitativa só pode ser empregada para a compreensão de fenômenos específicos e delimitáveis pelo seu grau de complexidade. O material primordial da investigação qualitativa é a palavra que expressa a fala cotidiana na intenção de apreender significados, compreender os valores culturais e as representações de um determinado grupo sobre temas específicos, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, portanto, o seu critério não é numérico (representatividade numérica para possibilitar a generalização dos conceitos teóricos que se quer testar). A amostra ideal é aquela que representa o grupo social mais relevante. Trabalha com valores, crenças, motivos, aspirações, representações, hábitos, atitudes e opiniões. É um método adequado para aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente (MINAYO & SANCHES, 1993; MINAYO 2006; BARDIN, 2008).

A pesquisa qualitativa refere-se como sendo uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um mundo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade dos atores. Desta forma o pesquisador procura captar a realidade dinâmica e complexa do seu objeto de estudo no seu contexto histórico. Todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos, nessa modalidade de pesquisa.

Na análise qualitativa, é possível buscar o significado mais profundo do objeto de estudo, permitindo compreensão daquilo que se pretende investigar. É concebida como sendo uma análise mais abrangente e multidimensional, podendo haver variedade de procedimentos metodológicos e de concepções que estão sendo desenvolvidas nos últimos tempos, para satisfazer os aspectos qualitativos dos dados encontrados. A forma pela qual os dados são coletados, se faz através da comunicação entre os sujeitos pesquisados e o tratamento dos achados é realizado através da interpretação.

Nessa pesquisa utilizamos, para sua execução, a associação do método descritivo-comparativo, do método analítico-descritivo e da observação participante, métodos da abordagem qualitativa. O método descritivo-comparativo recupera dados históricos para explicar a realidade social de um determinado fenômeno, considera o processo importante assim como o produto, ou seja, seu resultado.(LIMA, 1999 QUEIROZ, 2007)

4.1.1 – DESENHO DO ESTUDO

A população eleita para o estudo, composta por discentes do último ano de Fonoaudiologia e de Odontologia, obedecendo a critérios de inclusão pré-estabelecidos.

Foram critérios para a escolha da população de estudo:

- ter participado da formação para viagem da Expedição FOB/USP_Rondônia;
- ter participado da Expedição FOB/USP_Rondônia.

4.2 – AS ETAPAS DA PESQUISA E AS TÉCNICAS UTILIZADAS

Para efeito de apresentação da metodologia, faz-se necessário identificar e diferenciar as etapas desenvolvidas nesta pesquisa. Salientamos que essas etapas são dinâmicas e acontecem dialogando entre o referencial teórico, os objetivos e os resultados encontrados no desenvolvimento desta pesquisa.

A pesquisa qualitativa possui técnicas e instrumentais apropriados para a compreensão dos valores culturais e das representações de um determinado grupo a respeito de temas específicos, sobre as relações que se dão entre atores sociais. Dentre eles destacam-se a pesquisa e análise documental, a observação, a entrevista e o grupo focal (MINAYO, 2004; GIL 2008).

Desta forma, apresenta-se a seguir, a proposição do emprego de cada uma das técnicas.

4.2.1 – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias abrange toda bibliografia tornada pública em relação ao tema de estudo. De acordo com MARCONI e LAKATOS (2008), é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito ou dito sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos.

Nesta investigação a maior parte da pesquisa bibliográfica foi realizada em consultas a publicações a respeito do tema pesquisado – livros, artigos, teses, anais, colóquios, seminários. Os utilizados como fonte de informações foram mencionados ao longo do texto e listados, ao final do trabalho, nas referências bibliográficas.

4.2.2 – DOCUMENTO BASE

O documento base que referenciou as proposições analisadas foi o Plano Nacional de Extensão Universitária (Anexo A); elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e Ministério da Educação. Revela o compromisso das universidades com os princípios de justiça, solidariedade e democracia em prol da transformação da sociedade brasileira.

4.2.3 – A PESQUISA DOCUMENTAL

Foi realizado levantamento de toda a documentação referente à formação, atuação, diário de bordo dos discentes de Fonoaudiologia e Odontologia em estudo, desde o início de suas atividades, filmagens das expedições, relatórios de viagens e reportagens em revistas, para posterior análise conforme os objetivos da pesquisa. Dentre estes documentos analisados, se tornou imprescindível o conhecimento do Projeto Político Pedagógico da Faculdade de Odontologia de Bauru da Universidade de São Paulo para os cursos de Fonoaudiologia e Odontologia.

De acordo com GIL (2008), a pesquisa documental consiste na exploração das fontes documentais de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações; e de documentos de segunda mão, que já foram analisados anteriormente, tais como: relatórios de pesquisa, tabelas estatísticas, entre outros.

No período de preparação da pesquisa, foram decididos os documentos que seriam analisados e a natureza das informações contidas. Os documentos incluídos na pesquisa foram os relatórios técnicos apresentados à diretoria da FOB_USP a cada término das expedições a Rondônia. Estes relatórios são pertencentes ao Departamento de Ortodontia, Odontopediatria e Saúde Coletiva, sob a responsabilidade da Coordenação do Projeto de Extensão Profa. Magali de Lourdes Caldana.

Os relatórios premiados – Prêmio Cidadania sem Fronteiras - Edição Nacional/ Menção Honrosa (2009 e 2011) - Projeto "USP em Rondônia" uma experiência para a vida, Instituto da Cidadania Brasil e o Ministério da Ciência e Tecnologia, também foram analisados na pesquisa documental. (ANEXO B)

A análise documental permite a compreensão do contexto econômico, político e cultural em que se insere o problema estudado e o seu dimensionamento (SOUZA & ZIONI, 2003).

4.2.4 – A OBSERVAÇÃO SISTEMATIZADA

A observação segundo MINAYO (2004) consiste no registro detalhado num instrumento denominado diário de campo de conversas, comportamentos, gestos, expressões e interações que digam respeito ao tema da pesquisa os quais compõem o quadro de representações sociais. A observação poderá ser livre ou realizada por meio de um roteiro específico; poderá abranger todo o espaço e o tempo previsto para o trabalho de campo ou parte dele.

Para SELLTIS (1971) a observação é um método básico para conseguir informação sobre o mundo que nos cerca. A grande vantagem da observação é o fato de permitir o registro de comportamentos tais como estes ocorrem, independentemente da capacidade de descrição do sujeito e também da disposição deste em fazê-lo. A observação pode ser sistemática em que o pesquisador sabe quais os aspectos da atividade do grupo que são significativos para os seus objetivos de pesquisa; e assistemática em que o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo, e participa de sua atuação.

THIOLLENT, afirma que o pesquisador como parte da realidade a ser estudada, busca conhecê-la melhor para contribuir na sua transformação.

Nesta concepção que um relato de experiência deve ser baseado na vivência e na riqueza da relação do pesquisador e da realidade estudada, foram utilizados os registros realizados pela pesquisadora na 1ª, 17ª, 18ª e 22ª expedições a Monte Negro.

Na 20ª expedição foi dado aos discentes participantes um diário de campo e foi solicitado que registrassem suas expressões referentes ao Projeto FOB USP em Rondônia de forma assistemática, sem um roteiro definido, ficando livre o registro de sua vivência neste novo espaço de aprendizagem. Ao término da expedição foi solicitado aos discentes a entrega, a coordenação do projeto, os diários de campo. Para esta pesquisa foi analisado 18 diários de campo da 20ª Expedição do Projeto FOB USP Rondônia – período de 22 de janeiro a 06 de fevereiro de 2010.

FIGURA 8 – DIÁRIO DE BORDO DA 20ª EXPEDIÇÃO DO PROJETO FOB USP RONDÔNIA – 2010

Realizou-se uma observação sistematizada das atividades realizadas nas Expedições da FOB USP Rondônia. A pesquisadora esteve presente como observadora das interações, práticas e atividades dos discentes na 22ª Expedição – Projeto “USP em Rondônia” Disciplinas: Saúde Coletiva: Ações da USP em Rondônia I e II – Janeiro/2011.

Com o interesse de compreender a relação dos extensionistas com as representações individuais e coletivas também se analisou vídeos produzidos sobre o Projeto de Extensão FOB USP Rondônia.

4.2.5 – A ENTREVISTA

Segundo MINAYO (2006) a entrevista visa apreender o ponto de vista dos atores sociais previstos nos objetivos da pesquisa. O entrevistado tem liberdade total para abordar o assunto sob seu olhar. Permite tanto a obtenção de informações objetivas, como as de caráter mais subjetivo, referentes às atitudes, opiniões e valores dos indivíduos entrevistados.

Existem três tipos de entrevistas: a entrevista estruturada ou fechada que utiliza questionários aplicados diretamente pelo pesquisador através de roteiros fechados que cerceiam a fala dos entrevistados; a semi-estruturada que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e informações prévias, que interessam à pesquisa e a entrevista livre ou aberta em que o pesquisador

apresenta um tema e o entrevistado abrange livremente o assunto em questão. É acima de tudo uma conversa a dois, realizada por iniciativa do entrevistador. Destina-se a fornecer informações pertinentes a um objeto de pesquisa.

A entrevista, segundo SELLTIZ (1971), como o entrevistador e a pessoa entrevistada estão presentes no momento em que as perguntas são apresentadas e respondidas, há a possibilidade de maior flexibilidade na apresentação das perguntas de modo a facilitar a compreensão do entrevistado e consequentemente à obtenção de informações por parte do entrevistador.

Um roteiro de entrevista previamente elaborado como instrumento para orientar esta atividade foi utilizado. (APÊNDICE A).

Foram realizadas entrevistas com 10 discentes do curso de odontologia e fonoaudiologia da Faculdade de Odontologia e Fonoaudiologia de Bauru – Universidade de São Paulo, que participaram do Projeto de Extensão FOB USP Rondônia na 22ª expedição à Monte Negro, visando atender aos objetivos da pesquisa.

4.2.6 – ORGANIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

As técnicas de coletas de dados utilizadas receberam tratamento específico com a finalidade de organização do material coletado e facilitar sua compreensão.

Das observações destacamos dos relatos as situações/temas que foram tratados nas reuniões do curso preparatório para a expedição em Rondônia e in locu nas atitudes, intervenções, opiniões, posturas dos atores participantes. Esta questão foi de suma importância na medida em que foi confrontada com as análises dos documentos.

Outro ponto a ser considerado, é a dificuldade encontrada de apreender, por meio de observações, o processo histórico e as perspectivas futuras para o projeto de extensão. Dessa forma, decidiu-se restringir as entrevistas aos discentes para que eles pudessem apontar, na sua visão, como a gerencia/cuidado deste projeto de extensão tem influenciado em sua formação, quais são as dificuldades enfrentadas e como eles veem o futuro deste projeto.

Com relação às entrevistas, procurou-se estabelecer uma interrogativa com os discursos de maneira a ampliar a compreensão buscando ultrapassar o nível espontâneo das mensagens. Repetidas e exaustivas leituras foram realizadas das entrevistas transcritas, assim como dos diários de viagem dos discentes, tentando reduzir a ocorrência de vieses. Este exercício denominado de “leitura ou atenção flutuante” refere-se à primeira aproximação com o material e permite compreender estruturas de relevância, bem como as ideias centrais que os participantes da pesquisa tentaram transmitir. Destaca-se, um elemento que falta em uma entrevista pode ser encontrado em outra, ou um elemento que só apareceu uma vez pode levar a um questionamento do conjunto da análise.

4.2.7 – IMPLICAÇÕES ÉTICAS

O presente estudo adotou e promoveu o respeito à Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta a realização de pesquisas envolvendo seres humanos.

Considerando as características da pesquisa, não detectamos riscos ameaçadores para a vida ou o bem-estar dos indivíduos envolvidos, bem como procedimentos que ferem os princípios de autonomia, beneficência, não-maleficência e relevância social, conforme disposto na Resolução 196/1996 do CNS.

Aos sujeitos da pesquisa foi garantida a liberdade de escolha para participar, de recusa e o direito de interromper sua participação em qualquer momento da pesquisa, sem que lhe causasse constrangimentos ou prejuízos, conforme explicações constantes no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Foram realizados esclarecimentos a respeito dos objetivos da pesquisa, assegurando seu anonimato quanto à restrição no uso das informações coletadas que se destinaram exclusivamente a esta pesquisa. O TCLE continha uma forma de contato com a pesquisadora para esclarecimentos de dúvidas, se necessário. (ANEXO C)

O projeto desta pesquisa foi considerado aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Odontologia de Bauru da Universidade de São Paulo (FOB USP) através do Proc. Nº 151/2010 em reunião realizada no dia 23 de fevereiro de 2011, conforme cópia do parecer. (Anexo D). Ao término do trabalho, foi enviado ao CEP um relatório parcial para novo parecer, conforme solicitado por este colegiado. Após análise foi considerado aprovado em reunião realizada no dia 27 de junho de 2012. (Anexo E)

4.2.8 – DIRETRIZES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO DE DISSERTAÇÕES E TESES

Esta pesquisa foi elaborada de acordo com as Diretrizes Básicas para Elaboração de Dissertações e Teses do Serviço de Biblioteca e Documentação (SBD) da Faculdade de Odontologia de Bauru da Universidade de São Paulo (FOB USP 2011). As formas de citação de autores no texto utilizada foi o **sistema autor-data**, conforme normatização do SBD. As referências bibliográficas foram elaboradas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT-BR 6023/2002.

5 Resultados/Discussão

5 RESULTADOS/DISCUSSÃO

5.1 O QUE ENCONTRAMOS NAS FALAS E NOS DOCUMENTOS

"Se decoro, esqueço,

Se vejo, lembro-me

Se faço, aprendo."

(PROVÉRBIO CHINÊS)

Este capítulo tem o objetivo de apresentar ao leitor o diálogo que foi construído a partir do tratamento do produto conseguido, suas riquezas e diversidades, buscando sentido e forma, esse processo terá completude quando esses resultados serão confrontados com o referencial teórico sobre projetos de extensão universitária e o pensamento de Paulo Freire encontrado na literatura exposto nos capítulos anteriores.

A redação do presente se deu através da apreensão da construção do modelo pedagógico do Projeto de Extensão da FOB USP Rondônia e da vivência dos discentes participantes do projeto.

As preparações das expedições ocorrem com reuniões de planejamento na FOB USP e também de organização dos materiais a serem levados. Os discentes participam de curso preparatório sobre os temas a serem contemplados nas ações desenvolvidas em Monte Negro/RO.

Na medida em que grande parte do conteúdo apresentado indica que por estar em um contexto que difere de sua vida cotidiana, foi solicitado aos participantes do projeto de extensão que registrassem seus medos e expectativas de forma que possibilitasse ao grupo uma troca significativa de "cuidados ao outro", uma troca significativa de experiências, cuidados e partilha de expectativas.

Quadro 01: Síntese das expectativas e medos dos discentes participantes do Projeto USP em Rondônia.

EXPECTATIVAS E MEDOS – 21^a e 22^a Expedições /ANO – JULHO de 2010 e JANEIRO de 2011

EXPECTATIVAS E MEDOS – RELATOS DO GRUPO DA 21^a E 22^a EXPEDIÇÃO		
DISCENTE	EXPECTATIVA	MEDO
D₁	<i>Desafios no atendimento</i>	<i>Saber lidar com uma realidade de vida muito diferente e carente sem envolvimento emocional</i>
D₂	<i>Conseguir realmente ajudar as pessoas que serão atendidas</i>	<i>Ficar doente (qualquer doença)</i>
D₃	<i>Crescimento pessoal e profissional e conhecer a cultura do local</i>	<i>Ficar doente (ser picada por algum bicho estranho)</i>
D₄	<i>Aprendizado e crescimento pessoal</i>	<i>Biossegurança, risco de perfurações/contaminação</i>
D₅	<i>Ter um ótimo relacionamento com todos e fazer um bom trabalho</i>	<i>Não acordar em algum dos dias</i>
D₆	<i>Ajudar/ atender o maior número de pessoas possível</i>	<i>Ficar doente</i>
D₇	<i>Conhecer a cidade e realizar os atendimentos</i>	<i>Não atender as expectativas responsabilidade</i>
D₈	<i>Atender melhor forma possível os pacientes e também atender o maior número de pessoas possível</i>	<i>Pegar malária</i>
D₉	<i>Crescer profissionalmente com os casos atendidos e também amadurecer, conhecer outras realidades.</i>	<i>Aranha e ficar doente (malária, dengue...)</i>
D₁₀	<i>De fazer novas amizades e ganhar uma experiência nova, aprender mais.</i>	<i>De não saber como proceder em um atendimento, em um caso que eu nunca vi ou atendi antes.</i>
D₁₁	<i>Atender muitas pessoas e melhorar a qualidade do atendimento.</i>	<i>Bichos em geral, principalmente besouros</i>
D₁₂	<i>Crescimento pessoal e profissional obtido pelo contato com os pacientes, cultura diferente e com os próprios colegas.</i>	<i>Malária e me perfurar</i>
D₁₃	<i>Atender aos pacientes e ver como é a realidade de suas vidas que eu imagino que seja bem diferente da nossa</i>	<i>Lagartixa</i>
D₁₄	<i>Em relação aos pacientes se vou proporcionar o que eles esperam</i>	<i>Ficar doente</i>
D₁₅	<i>Conseguir ajudar, trazer melhorias para população.</i>	<i>Ficar doente</i>
D₁₆	<i>Entender realmente, como as pessoas necessitam da fonoaudiologia e a importância</i>	<i>Não saber o que fazer quando eu me deparar com um caso que eu nunca vi ou atendi</i>

	<i>que dão fora das clínicas de graduação.</i>	
D₁₇	<i>Estar em Rondônia, chegar lá.</i>	<i>Não seja o maior, mais dá um medinho do avião (nunca andei de avião).</i>
D₁₈	<i>Conseguir atender e ajudar muita gente com bom humor e me divertir.</i>	<i>Dificuldade para atender cedíssimo.</i>
D₁₉	<i>Que de tudo certo e que a gente ganhe mais experiência.</i>	<i>De me perfurar ou pegar alguma doença.</i>
D₂₀	<i>Superar o medo.</i>	<i>Não me adaptar aos padrões da expedição.</i>
D₂₁	<i>Conhecer outra cultura, outro costume.</i>	<i>Dos mosquitos, do calor, da chuva e de ficar doente.</i>
D₂₂	<i>Conseguir fazer o maior número de atendimentos com a melhor qualidade possível.</i>	<i>Não conseguir me adaptar muito bem as circunstâncias do local ou ficar muito doente.</i>
D₂₃	<i>De conhecer uma nova realidade da odontologia (pessoas que não possuem o mesmo acesso a saúde bucal como estamos acostumados a ver na região sudeste).</i>	<i>De fazer algum tratamento errado no paciente.</i>
D₂₄	<i>É em relação aos atendimentos e aos passeios que iremos fazer.</i>	<i>Ficar doente ou acontecer algum acidente com o ônibus.</i>
D₂₅	<i>Que tudo ocorra da melhor forma, que eu adquira mais experiência.</i>	<i>Fazer algum procedimento errado, adquirir alguma doença e entrar no rio.</i>
D₂₆	<i>Conseguir colocar em prática tudo o que tenho aprendido.</i>	<i>Não conseguir realizar os atendimentos no horário e de ficar doente lá.</i>
D₂₇	<i>Muito aprendizado (profissional, pessoal, turístico e social, lógico).</i>	<i>Excesso de trabalho.</i>
D₂₈	<i>Atender casos diferentes dos que estamos acostumados aqui na faculdade, além de trazer mais qualidade de vida aos pacientes atendidos.</i>	<i>Que a minha avó, que está na UTI, venha a falecer enquanto eu estiver fora e dessa forma não poder estar presente junto à minha família nesse momento.</i>
D₂₉	<i>Espero que essa expedição me dê experiência e me deixe preparada profissionalmente. Espero voltar sabendo além dos meus conhecimentos atuais e aprender a conviver com pessoas diferentes em lugar completamente diferente dos atendimentos que praticamos em Bauru.</i>	<i>Tenho medo de contrair alguma doença e fazer atendimentos e orientações errôneas. Tenho medo de entrar no rio.</i>
D₃₀	<i>Aplicar o conhecimento que eu obtive na minha carreira para ajudar a diminuir os problemas bucais de algumas pessoas que não tem como procurar/conseguir esta ajuda.</i>	<i>Não ser capaz de resolver eventuais complicações que os procedimentos possam apresentar. Especialmente nas cirurgias.</i>
D₃₁	<i>Contribuir com o grupo com o meu trabalho, visando sempre a melhoria da qualidade de vida do</i>	<i>Problemas no caminho (como acidentes de trânsito) e doença de algum dos participantes do grupo</i>

	<i>paciente.</i>	<i>sem muitos recursos do momento.</i>
D₃₂	<i>Obter uma experiência profissional diferente e principalmente uma grande experiência pessoal. Aprender com tudo isso.</i>	<i>Não conseguir atender a população de maneira adequada, devido também a não existir a possibilidade de termos todos os equipamentos necessários, todo o suporte que temos na faculdade.</i>
D₃₃	<i>Aplicar os conhecimentos adquiridos na carreira da graduação em uma sociedade com necessidades diferentes....</i>	<i>Contrair alguma doença</i>
D₃₄	<i>Conseguir atender o maior numero de pacientes possível, dentro de uma convivência harmônica e sem grandes complicações, adquirindo conhecimentos e experiência de vida.</i>	<i>É a viagem de ônibus, caso ele quebre e também de passar mal durante a viagem.</i>
D₃₅	<i>Que nesta expedição não aconteçam tantas “zicas” e que a turma seja unida.</i>	<i>Que o ônibus da linha quebre e tenha que passar a noite lá. Ser picada de aranha.</i>
D₃₆	<i>Minha maior expectativa é o atendimento nas linhas.</i>	<i>Ser picada por um inseto e pegar alguma doença e também de acontecer um acidente de trânsito durante a viagem.</i>
D₃₇	<i>Partilhar da melhor forma meus conhecimentos científicos e técnicos com os alunos e também aprimorar a relação entre a equipe multiprofissional.</i>	<i>Ficar sem água para banho no alojamento.</i>
D₃₈	<i>Que o grupo interaja bem, goste de trabalhar lá e tenha a expedição como uma experiência muito boa e inesquecível.</i>	<i>Na verdade seria mais uma apreensão, que agora como pós graduanda eu saiba orientar e ajudar o grupo da melhor maneira possível.</i>
D₃₉	<i>Espero conseguir desenvolver todas as atividades as quais eu estiver envolvida; tanto os procedimentos técnicos quanto fazer uma boa educação para a população da melhor maneira que eu possa realizar. E também aos atendimentos nas linhas que é algo novo para mim.</i>	<i>Acontecer algo inesperado, como acidentes perfuro-cortantes.</i>
D₄₀	<i>Quanto a diferença nos atendimentos clínicos. Uma vez que na clínica da faculdade temos um aparato clínico e tecnológico que não condiz com a realidade dos atendimentos até dentro do Estado de São Paulo.</i>	<i>Também está relacionado ao aparato clínico/tecnológico pois estamos acostumados a exercer a prática clínica com recursos “modernos”. Será um momento para adaptações e verificação/aprofundamentos do conhecimento prático.</i>
D₄₁	<i>Poder interagir com uma população de cultura diferente, fugir um pouco do cotidiano</i>	<i>Ocorrer alguma complicação durante o atendimento, o qual eu não saiba solucionar.</i>

	<i>daqui, adquirindo experiência e novos conceitos.</i>	
D₄₂	<i>Conhecer outra população, outra realidade de Rondônia.</i>	<i>Ficar sem contato com a família e namorado. Pegar malária.</i>
D₄₃	<i>Poder chegar em Monte Negro e ser bem recebida pela população e ter um convívio amigável com o grupo, além de trabalhar em prol daquela população carente, que necessita muito de nosso atendimento e espera meses por isso. De viver outra realidade e aprender com tudo isso.</i>	<i>Da viagem (espero que ocorra tudo bem). De não poder oferecer todo o meu trabalho à população. De não ajudar quem necessita de cuidados.</i>
D₄₄	<i>Conhecer uma cultura completamente diferente da nossa e também para ampliar o conhecimento odontológico, por atender casos diferentes e com uma maneira de atender completamente diferente.</i>	<i>Em relação a contaminações que foram bastante citadas durante as aulas.</i>
D₄₅	<i>Atender muitos pacientes, aumentando a qualidade de vida dos mesmos; conhecer na prática algumas patologias.</i>	<i>Não dormir muito e passar mal. Ficar doente.</i>
D₄₆	<i>Em relação aos atendimentos nas linhas que é algo que tenho muita vontade de realizar e que é uma experiência nova e diferente, que trará benefício tanto para minha vida pessoal quanto para vida profissional.</i>	<i>Meu maior medo é a viagem propriamente dita, o período que ficaremos no ônibus, que tenho medo de ser muito cansativa e gerar algum desconforto.</i>
D₄₇	<i>Conseguir atingir todos os objetivos propostos, utilizando de raciocínio rápido e estratégias não planejadas.</i>	<i>Não saber fazer as coisas e me desesperar por estar longe da família e do namorado.</i>
D₄₈	<i>É o fato de conhecer um lugar completamente diferente de que qualquer outro que estive até agora, com uma realidade muito diferente da nossa, assim como a população que ali habita. Espero também poder ajudar as pessoas, não só com os atendimentos, mas de qualquer forma que possa trazer algum benefício e melhorar na vida das mesmas, como por exemplo transmitir um conhecimento sobre higiene bucal.</i>	<i>É ter algum problema de saúde e não aproveitar bem a viagem.</i>
D₄₉	<i>Poder levar assistência fonoaudiológica as populações carentes. Rever a família e amigos</i>	<i>Não poder auxiliar todas as pessoas que necessitarem.</i>
D₅₀	<i>Conseguir realizar todos os atendimentos da melhor forma possível, adquirindo mais</i>	<i>Não conseguir fazer e decidir alguns objetivos, ou fazer de forma errada.</i>

	<i>conhecimento e ajudando quem precisa.</i>	
D₅₁	<i>É que possamos aprender bastante com os atendimentos e com a relação com outras pessoas (novas). Aprender tanto profissionalmente como para vida!!! E que no final da viagem nós passamos perceber que fizemos novos amigos e voltamos realizados com as experiências vividas nesta expedição.</i>	<i>Não tenho nenhum medo no momento, só espero que eu consiga ajudar essa população que tanto precisa e também conseguir acordar de manhã para não atrasar a todos!!!</i>
D₅₂	<i>Conhecer local e cultura diferente, conviver em grupo, trabalhar bastante, adquirir uma nova experiência de vida, aprender com as pessoas, repassar uma melhor educação para a população, descobrir nossos limites.</i>	<i>Ficar doente e não conseguir “dar conta” do trabalho.</i>
D₅₃	<i>É em relação a experiência que irei adquirir profissionalmente e pessoalmente (experiência de vida), pois sei que irei lembrar para o resto de minha vida. E também irei descobrir novos limites que ainda não conheço.</i>	<i>Talvez seja em algum momento me sentir insegura com algum procedimento/ conduta a ser realizada.</i>

As sínteses dos discursos apresentados permitiram a reflexão nos conceitos apresentados no pensamento freireano relacionados à temática das atividades de extensão universitária.

O homem é o ponto focal de teorização de Paulo Freire. A educação é um momento singular, com possibilidades de fazê-lo melhor quando permite a percepção crítica de sua realidade. Para a fundamentação freireana “ Não há educação, fora das sociedades humanas e não há homem no vazio”

Outra conceituação importante é que o homem está em constante relacionamento com seus semelhantes e com o mundo, não apenas em contato com estes. Se torna fundamental partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta em abertura com a realidade, o que faz ser o ente de relações que é.

Apesar dessas expectativas com o novo espaço social de aprendizagem, percebe-se a preocupação no quantitativo de atividades técnico-assistenciais.

Denominou-se de **Categoria** as falas que tinham mesmo significado dentro das entrevistas individuais, dado que este é o termo mais empregado no tratamento de depoimentos oriundos desta técnica de entrevista semi-estruturada na pesquisa qualitativa.

5.2 CATEGORIA 1: VIDA ACADÊMICA E EXPECTATIVAS DE VIDA PROFISSIONAL

Na medida em que a motivação para ingressar em um curso universitário esta de alguma forma implicada no perfil dos discentes que nele ingressam, são investigados os motivos que os levaram a cursar Odontologia ou Fonoaudiologia.

Com relação a vida acadêmica destes discentes, suas expectativas na vida profissional e o envolvimento com movimentos estudantis e sociais, ficou registrada a dúvida sobre a escolha do curso, a incerteza sobre a vida profissional e a não participação da maioria movimentos sociais ou estudantis.

“...queria ser atriz, minha mãe não deixou por ser uma cidade pequena,, ai fui para lá (Bauru) e tal e a primeira coisa no primeiro semestre que acabei não gostando na faculdade foi de voz, mas acabei gostando de outras coisas...”

“...eu sai do terceiro colegial sem saber muito o que eu queria, não tinha muita idéia, não tinha vontade nem de sair da minha casa, por ser muito ligada aos meus pais...”

“....eu faço iniciação científica e só!...”

“...esse ano eu quero tentar estudar mais para uma especialização ou mestrado. Não sei direito ainda que área eu quero fazer...”

5.3 CATEGORIA 2: APROXIMAÇÃO COM O PROJETO DE EXTENSÃO FOB/USP_RONDÔNIA

O grupo de discentes entrevistados apresentou claramente que a aproximação deles com o projeto de extensão se dá no início dos cursos (primeiro ano letivo), e depois essa motivação vai crescendo conforme vão conhecendo acadêmicos que participaram de outras expedições.

“...desde o primeiro ano que a gente vai ouvindo as pessoas do quarto ano que vão. No primeiro ano eu não sabia muito o que era, mas depois a partir do segundo ano eu fui vendo e passei a querer participar. Depois a menina que mora comigo foi o ano passado ela falou que foi super legal e etc...”

“Logo que eu entrei na faculdade a gente já ficou sabendo, já viu as fotos, soube da expedição, do projeto, sempre achei muito legal, sempre quis ver essa outra realidade, não só uma realidade de atendimento mas uma realidade de sociedade, de população, cultura e sempre tive vontade de ir para lá, foi uma coisa que eu queria muito...”

5.4 CATEGORIA 3: PARTICIPAR DO PROJETO DE EXTENSÃO FOB_RONDÔNIA

O processo Ensino/Aprendizagem converge todos os campos da Educação, seja na alfabetização ou no ensino superior em saúde através de Projetos de Extensão Universitária. A este ser humano que, conforme os pressupostos freireanos, está imerso na realidade social a qual modula e na qual é modulado.

“...eu achei muito positivo como aluna, como graduanda a possibilidade de conseguir ligar o teórico-prático, conseguir na

pratica ver que eu sei mais do que eu imaginava do que eu sabia...”

“Hoje se alguém me perguntar, só tenho a dizer que é uma sensação indescritível, que tenho certeza que ficará marcada em mim para o resto da vida! Se alguém me perguntar se acho que deve ir para Rondônia, a minha resposta com certeza será SIM!

É um crescimento profissional e pessoal sem limites! Viver com pessoas novas, fazer novas amizades, ter contato com outras realidades e o melhor de tudo: exercer nossa futura profissão!

O homem é o ponto central de teorização de Freire. A educação é um momento singular, com possibilidades de fazê-lo melhor quando possibilita a percepção crítica de sua realidade. Dentro da fundamentação freireana, não existe educação fora das sociedades humanas e não existe homem no vazio.

5.5 CATEGORIA 4: PROFISSIONAIS QUE ATUAM NESTE PROJETO DE EXTENSÃO

O docente é apresentado pelo grupo como principal modulador da relação com o discente, existindo aqueles que se mostram mais autoritários e verticalizados. Ao mesmo tempo relatam que no Projeto de Extensão FOB/USP_Rondônia, todos os envolvidos ficam próximos e abertos, influenciando positivamente os futuros profissionais.

“Achei que saímos de Bauru mais preparado para lidar com o público de uma maneira geral em Monte Negro e não só com os pacientes como é aqui na clínica da Faculdade. Achei que os profissionais também são bem preparados para fazer com que a gente saiba o que está fazendo e direcionar a gente para o lugar certo, sem ser impositivo, dizendo já o que temos que fazer. Eu achei que foi uma boa experiência para a formação”.

“Eu acho que foi tudo muito bem trabalhado, achei que as pessoas, o processo seletivo foi muito bem feito, as aulas muito bem elaboradas, a realidade que eles tentaram nos passar: foi muito próxima da verdadeira – Foram as fotos, os vídeos, o curso preparatório que deram para a gente ter uma ideia do que encontraríamos por lá, .a gente tem uma ideia muito próximo da realidade vivida lá. Quanto ao atendimento, a população, quanto as coisas que dependem dos mestrandos, da professora M.de L.C. e dos outros professores para passar para gente, passaram bem o que é. Nos permitem crescer, ter autonomia e conversam com a gente, estão participando a todo momento.”

O educador tem postura fixa e imutável, será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processo de busca. Nas expedições à Monte Negro, a relação docente, discente, sociedade tem se apresentado de modo mais democrático devido suas condições e circunstâncias.

5.6 CATEGORIA 5: CARACTERÍSTICA DA FORMAÇÃO DESTE PROJETO DE EXTENSÃO

A existência de grandes demandas de atendimentos clínicos em Monte Negro e nas linhas (área rural) fez dos procedimentos em saúde ser considerado um fator na contramão de uma atenção mais humanizada, uma vez que é necessário tempo para a mesma e as grandes demandas não permitem que o discente possa se dedicar desta forma aos seus pacientes, priorizando a doença e a ação clínica reducionista.

“...na clínica da faculdade eu nunca tinha feito uma restauração com amalgama e sentia falta disso, pois sei que para fazer a escultura é bem difícil. No total em Rondônia fiz em média umas

15 restaurações de amalgama, sem contar com as de resina e ionômero..”

“Atendi três pacientes sozinha e ajudei outras meninas em outros casos. O primeiro paciente que atendi hoje foi a N. P., onde foram feitos diversos procedimentos: anamnese, avaliação audiológica (ATL, imitanciometria, pré-moldagem, avaliação de voz, terapia de voz e foram dadas orientações. A segunda paciente do dia foi a D. M., onde foi realizado pré-moldagem e foram dadas orientações. Já o terceiro paciente, foi um paciente com queixa de voz aguda e de amígdalas hipertróficas, foi feita avaliação de voz, terapia e encaminhamento ao ORL”.

Em contraponto ao modelo biomédico, percebe-se em alguns diálogos a visão do todo, do contexto socioeconômico e cultural de outra realidade, deixando a entender que o fato da mudança do espaço da aprendizagem coloca o discente a refletir sobre esse novo espaço de ensino aprendizagem.

“O Projeto é bem humanista, bem social e bem coletivo mesmo, porque a gente atende desde o pequenininho até o grandão, o mais velho, o mais idoso. Eu acho que é uma característica bem social e bem interessante porque a gente fica preparado para trabalhar em outras realidades de nosso país.”

5.7 CATEGORIA 6: ESPAÇO DE DISCUSSÃO SOBRE O ENSINO ODONTOLÓGICO OU FONOAUDIOLÓGICO

Os acadêmicos apresentaram alguns problemas em responder as questões sobre espaço de discussão sobre o ensino odontológico ou fonoaudiológico, em particular as que se referiam ao modelo pedagógico, como se esta fosse uma questão menor frente a capacitação técnica dos mesmos. Isso contribui com o

pensamento sobre a necessidade de reformular o modelo pedagógico, uma vez que, se estes acadêmicos acreditam não haver importância significativa no debate a cerca da própria formação, a que se considerar que esta postura poderá ser mantida no que se refere à prática profissional posterior à graduação.

“Já participei de alguns porque eu fui presidente do centro acadêmico durante o ano inteiro. Mas de projeto de extensão eu já fui para um congresso, para aquela discussão, não vou lembrar agora, mas foi para reformular alguns conceitos da área da saúde, mas fomos como representantes.”

“Não, como assim? Tem alguns alunos aqui na faculdade que discutem sobre a formação, fazem parte da congregação, não sei.”

A vida, o homem no mundo e com o mundo, são direções inerentes a educação para a consciência crítica, dado que o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos científicos são importantes e necessários, mas não superam em importância a necessidade de contextualiza-los frente a realidade.

5.8 CATEGORIA 7: RELAÇÃO SOBRE O PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM E O TRABALHO REALIZADO EM RONDÔNIA

Alguns discentes se apresentam com “consciência ingênua”, para a qual a realidade é estática e, dessa forma, pode ser reduzida a fórmulas e ao domínio do pensamento intelectual.

“A gente tem que ter uma base teórico que é o que a gente aprende na faculdade. A gente vem com uma carga teórico pratica que é o do terceiro ano, que não é tão autônoma. A gente cria autonomia lá, mas a gente tem que ter toda a teoria para depois chegar em Monte Negro e colocar na prática. E o

mais interessante é que a gente chega lá e sabe colocar na pratica o que a gente aprendeu. Acha que não vai lembrar, não vai conseguir porque só tivemos a teoria, a gente acaba colocando na pratica aqui, mas a gente sabe, chega na hora a gente consegue. Chega na hora você consegue, existe um acumulo de saber que a gente nem sabe que existia e fala eu consigo lembrar disso”

A importância do termo problematização no universo freireano justifica-se nestas concepções descritas. Problematizar é fazer o homem, desenvolver a consciência crítica e faz-lo pensar sobre situações concretas e a reflexão de práticas condizentes a realidade social.

5.9 A APLICAÇÃO SISTÊMICA DO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO NA BUSCA DA QUALIDADE

No que diz respeito à formação profissional, a extensão possibilita a ampliar a compreensão do conceito de saúde mais horizontalizada e integral, baseado na relação dos docentes, discentes, funcionários da FOB que participam das expedições e comunidade, no compartilhamento de experiências e na troca de aprendizado. Percebe-se que não é suficiente o conhecimento técnico das doenças quando a realidade impõe outras demandas, que só a propedêutica em si não garante resultados, é necessário entender a conjuntura onde estão inseridos estes atores sociais para buscar soluções, optar por uma saída que não o agrida e conseguir de fato ser humano. Entende-se que não tem como promover saúde a população, desligando-a de seu cotidiano.

6 Considerações *Finais*

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS E COMO SUPERAR OS DESAFIOS E CRIAR NOVAS POSSIBILIDADES.

A extensão universitária se apresenta em meio a controvérsias e desencontros quanto às suas concepções e funcionalidades. Entretanto, independente de qualquer entendimento, é de suma relevância para um ciclo completo da formação nas universidades, ciclo esse que compreende a efetivação da relação virtuosa entre ensino, pesquisa e extensão.

A extensão universitária pelas características apresentadas através dos projetos de extensão, tem possibilidade de se concretizar como uma prática acadêmica essencial: se coloca como um espaço privilegiado e estratégico para promover práticas integradas entre várias áreas do conhecimento, para isso é necessário criar mecanismos que favoreçam a aproximação de diferentes sujeitos, favorecendo a multidisciplinariedade; potencializa, através do contato de vários indivíduos, o desenvolvimento de uma consciência cidadã e humana e assim a formação de sujeitos de mudança, capazes de se colocarem no mundo com uma postura mais ativa e crítica. A extensão trabalha no sentido de transformação social.

Formar profissionais críticos faz parte dos discursos e das metas propostas pelas instituições formadoras e dos que estão envolvidos com esta formação. No entanto, nem sempre neste processo é explicitado como desenvolver e atingir estes propósitos, superando a retórica, efetivando medidas concretas.

O que vai determinar se uma formação profissional se dá num sentido progressista, crítico reflexivo ou conservador tecnicista, é o modo de entender e fazer a educação, neste caso em questão, o modo de fazer a atividade extensionista, de como ela é trabalhada e o espaço de interação entre docentes, discentes e sociedade.

As atividades extensionistas podem ser desenvolvidas como meio de dominação ou libertação dos indivíduos. No espaço da dominação interessa formar

sujeitos dependentes, não críticos, acomodados às informações recebidas, sem criatividade e capacidade de refletirem sobre a realidade que vivem ou onde irão atuar, o que é bastante interessante para grupos que detém o poder, pois estes terão menores dificuldades de governar e manipular uma população passiva, não questionadora. No espaço que denominamos de libertador, entendemos uma formação de indivíduos críticos, independentes, questionadores, capazes de refletirem sobre suas realidades (educacional, social, política, econômica, cultural, etc.), portanto, instrumentalizados para viabilizar as rupturas no instituído.

Pesquisar a prática da extensão universitária no Projeto de Extensão FOB/USP_Rondônia dentro do pensamento defendido por Paulo Freire, não se constituiu em uma tarefa fácil, ainda mais, dentro de um modelo pedagógico universitário na área da saúde, tipicamente verticalizado e tecnicista, em termos freireanos.

As concepções existentes forneceram subsídios fundamentais à reflexão sobre as práticas e saberes dos projetos de Extensão Universitária FOB USP Rondônia, onde foi possível perceber a existência de diferentes concepções de extensão, com ênfase para a compreensão da extensão como assistencialismo, sendo a prestação de serviço mais lembrada e tendo havido unanimidade entre os discentes entrevistados, no que diz respeito à compreensão do projeto de extensão como espaço para a formação acadêmica.

Finalizando, a pesquisa desenvolvida possibilitou um olhar mais atento às atividades desenvolvidas no Projeto de Extensão. Ao se adotar como categoria principal de análise, a formação dos alunos que se queria emancipadora, este trabalho procurou desvendar um processo de formação mais ampliada e humana que se deseja.

A pesquisa permitiu refletir os rumos que o Projeto FOB USP Rondônia tem adotado em sua práxis, seus avanços e propõe um projeto pedagógico com relação a reorientar o processo na dialogicidade, criticidade, reflexão e humanização.

A formação orientada para as disciplinas das Ciências Sociais na área da Saúde, acrescida deste novo cenário de aprendizagem e modelo de ensino faz

pensar na importância deste projeto na formação dos futuros profissionais. As atividades propostas no projeto de extensão e a relação docentes, funcionários da universidade, discentes e a sociedade local revelou de fundamental importância para a reflexão e ações transformadoras.

Nosso compromisso com o novo deve ser estimulado, nossos valores deverão ser rearranjados. O conhecimento moderno recusou a poesia, a narrativa, as relações de emoção em prol da razão.

ERA UMA VEZ UMA ESCOLA

*"Era uma vez uma escola
onde trabalhava um mestre
que ensinava diferente
de tudo o que conheceste.*

*Em sua aula, não dizia
'nada sabes, só eu sei',
nem falava assim: "copiem
tudo isso que expliquei".*

*Disse que não era ele
Só quem tinha que ensinar
E falou que todo mundo
Tinha algo para dar.*

'Ninguém educa ninguém'

'Ninguém dá educação':

*'os homens é que educam ,
um ao outro, em comunhão'.*

Ensinando o alfabeto

*Não pediu, como já vi
Pra escrever 'uva', 'vovó',
'asa', 'ema' ou 'siri'.*

*Pediu para escrever 'tijolo',
'enxada', 'trabalhador',
ensinou a escrever 'salário',
'justiça', 'direito', 'amor'.*

*Depois ele então pedia
Pra falar nossa opinião
Pois essas belas palavras
Estavam nas nossas mãos.*

*Nós, sentados sempre em roda
Íamos tendo consciência
De que toda a teoria
De que toda a ciência*

*Só tem valor para o mundo
Se ajudam a transformar
Se ajudam o homem pobre
Aos problemas superar*

*Naquela sala de aula
Se formava todo dia
Em nossa humilde cabeça
Uma linda utopia*

*Podemos mudar o mundo!
Pra isso serve aprender!
Pra construir a sociedade
Nossa enxada é o saber!*

*Era assim como se dava
Cada aula deste mestre
E no fim não tinha nota
Nem tinha prova, nem teste:*

Cada um ia falando
Se se sentia aprovado
Porque percebia em si
Como ele tinha mudado"

(PAULO FREIRE)

Referências

BRASIL. Lei n. 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis-2001/L10172.htm> Acesso em: 16 de maio de 2012.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Ciências Biológicas. Brasília, 06 nov. 2001. Disponível em :<<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 07 mar. 2011.

BRASIL. Ministério da Defesa. Projeto Rondon. Disponível em: http://www.defesa.gov.br/projeto_rondon Acesso em: 22 set.2011.

BRASIL, E. C. de L. Contribuições da extensão popular à formação profissional em saúde. Projeto de Pesquisa em Extensão na Saúde Coletiva. Universidade Federal da Paraíba (PESC-UFPB), 2010.

BOTOMÉ, S.P. Extensão universitária: equívocos, exigências, prioridades e perspectivas para a universidade. In: FARIA, D.S. (org) Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p159-175.

CAMARGO, L. M. A. **Memorial**. 2009. 111p. Concurso para Docência Professor Assistente Doutor – Departamento de Parasitologia Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DEMO, P. Educar pela Pesquisa, 4ª ed. Campinas: Autores Associados, 2000. Coleção contemporânea.

FAGUNDES, J. Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas. Campinas: Ed UNICAMP, 1986.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 148p.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 158p.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 213p.

FREIRE, P. Conscientização: teoria e prática da liberdade – uma introdução ao Pensamento de Paulo Freire. Centauro. 3 ed. 2001.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: : Paz e Terra, 2006. 93p

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas; 2008. 200p.

GURGEL, R. M. Extensão universitária: comunicação ou domesticação? São Paulo, Cortez Editora, 1986. 182p.

IERVOLINO AS, PELICIONI MCF. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Rev Esc Enferm USP**; 35(2): 115-121. 2001

JEZINE, E. "Multiversidade e Extensão Universitária" In: FARIA, D. S. de **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília; 2001. p.127-140.

JORNAL DA USP, **A pesquisa no interior de Rondônia**. Ano XXI, n.744. Disponível em <<http://www.usp.br/jorus/arquivo/2005/jusp744/index.html>>. Acesso em 19 set. 2011.

JORNAL DA USP, **O doutor Marcelo esta na cidade hoje?**. Ano XXI, n.744. Disponível em <<http://www.usp.br/jorus/arquivo/2005/jusp744/pag06.htm>>. Acesso em 19 set. 2011.

MARTINS MCFN, BÓGUS CM. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. Saúde e Sociedade. 2004; 13(3): 44-57.

MINAYO MCS. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 3ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec/ABRASCO, 1994. 269p.

MINAYO MCS; DESLANDES SF. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes; 2008. 108p.

MINAYO MCS; SANCHES O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? Cad. Saúde Publ. 1993; 9(3): 239-262.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Conselho Nacional de Saúde, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Resoluções do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisas envolvendo seres humanos. <http://www.datasus.gov.br/conselho/comissoes/etica/Resolucoes.htm>. 1999.

NETO, J.F de M. Extensão Universitária é trabalho. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2004.

NOGUEIRA, M. D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, D. S. de **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília:Universidade de Brasília; 2001. p. 57 – 72.

NUNES, S.A. C. **Avanços e desafios na implantação da atenção básica em saúde bucal dos povos indígenas nos Rios Tiquié e Uaupés – Distrito Sanitário Especial Indígena – Alto Rio Negro – Amazonas: análise de uma experiência**. 2003. 173f. Dissertação (Mestrado em Odontologia em Saúde Coletiva) – Faculdade de Odontologia de Bauru, Universidade de São Paulo, 2003.

PEREIRA, L. C. G. et al; RENEX – Rede Nacional de Extensão. A política nacional de extensão, 2007. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos.php>>. Acesso em: 22 de junho de 2011.

PEREIRA, L. C. G. et al. Conceitos e percepções dos coordenadores de extensão universitária nos cursos de graduação da Unievangélica – Goiás. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v.10, n.22, 2010. Disponível em: <[http://www.uniube.br/propep/mestrado/revista/vol10/numero_22/9951 conceitos-e-percepcoes-1.pdf](http://www.uniube.br/propep/mestrado/revista/vol10/numero_22/9951%20conceitos-e-percepcoes-1.pdf)> Acesso em: 30 ago.2011.

ROCHA, R. M. G. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. In: FARIA, D. S. de **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília:Universidade de Brasília; 2001. p. 13 – 29.

ROTHEN, J. C. A universidade brasileira na reforma Francisco Campos de 1931. **Revista Brasileira de História da Educação**. n.17, p.140 – 160, maio/ago. 2008. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE 17.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE%2017.pdf)> Acesso em: 14 de outubro de 2011.

SANTOS, M. S. S; MENDES, I. A. C. Projeto Rondon: a metodologia educativo-assistencial de trabalho dos estagiários universitários. **Esc.Anna Nery R Enf**, v.9, n.1, p.124-137,2005.

SARAIVA, J. L. Papel da extensão universitária na formação de estudantes e professores. **Brasília Med**, Brasília, v.44, n.3, p. 220-225, 2007.

SELLTIS C et al. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: Herder, 1971. 692p.

SERRANO, R. M. S. M “Extensão Universitária: um projeto político e pedagógico em construção nas universidades públicas”. **Participação**. Brasília. UNB. Ano 5, n.10, p.26-28, 2001.

SILVA, OBERDAN DIAS. O que é extensão universitária? Disponível em < <http://www.ecientificocultural.com/ECC2/artigos/oberdan9.html>.> Acessado em: 30 ago.2011.

SOUZA DV; ZIONI F. Novas perspectivas de análise em investigações sobre meio ambiente: a teoria das representações sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados. *Saúde e Sociedade*. 2003; 12(2): 76-85.

TAVARES, M. G. M. Os múltiplos conceitos de extensão. In: FARIA, D. S. de **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília:Universidade de Brasília; 2001. p. 73 – 84.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo, Cortez,1985.

Apêndices

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.

Universidade de São Paulo
Faculdade de Odontologia de Bauru

Al. Dr. Octávio Pinheiro Brisolla,9-75 – Bauru/SP – CEP 17012-901 CP. 73

PABX (0XX14)3235-8000 – FAX (0XX14)3223-4679

Data ____/____/____.

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS DISCENTES DE FONOAUDIOLOGIA E ODONTOLOGIA –
PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA FOB/USP _RONDÔNIA.**

Nome: _____

Ano e Semestre (graduação): _____

1. Fale-me um pouco sobre sua vida acadêmica, expectativas de vida profissional, envolvimento com movimentos sociais, estudantis.?
2. Como e quando começou sua aproximação com o Projeto de Extensão FOB_Rondônia?
3. O que esta sendo para você participar do Projeto de Extensão FOB_Rondônia (falar sobre os obstáculos, pontos positivos,...).
4. Como você vê os profissionais que atuam neste Projeto de Extensão? (quanto à formação e inserção)
5. O que você pode nos dizer quanto à característica da formação deste Projeto de Extensão?
6. Você conhece um espaço de discussão sobre o ensino odontológico ou fonoaudiológico?
7. Faça uma relação sobre o processo ensino aprendizagem e o trabalho realizado em Rondônia?
8. Você deseja fazer mais alguma consideração?

APÊNDICE B – PROPOSTA DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO –
FOB/USP_RONDÔNIA.

“Sem a curiosidade que:

- me move,

- que me inquieta,

- que me insere na busca,

não aprendo nem ensino.”

(Paulo Freire)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU
DEPARTAMENTO DE ORTODONTIA, ODONTOPEDIATRIA E SAÚDE COLETIVA

***PROJETO DE EXTENSÃO FOB_ USP RONDÔNIA: PROPOSTA DE PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO.***

Diretor da Faculdade de Odontologia de Bauru: **Prof^o. Dr^o. José Carlos Pereira.**

Coordenação do Projeto de Extensão Universitária: **Prof^a. Dr^a. Magali L. Caldana.**

BAURU
2012

APRESENTAÇÃO

A Proposta de um Projeto Político Pedagógico (PPP) para o Projeto de Extensão FOB_USP em Rondônia apresentada neste documento é advindo da experiência da Faculdade de Odontologia de Bauru – Universidade de São Paulo (FOB/USP) no município de Monte Negro, estado de Rondônia iniciado em 2002 e produto da tese de doutorado ***“Projeto de Extensão da FOB/USP_Rondônia e o Pensamento Crítico Social na Formação do Fonoaudiólogo e Odontólogo: uma ação educativa transformadora”*** de autoria de Selma Aparecida Caves Nunes sob a orientação da Profa. Dra. Magali de Lourdes Caldana.

A Universidade de São Paulo, instituição de ensino do país ao longo de mais de 75 anos, centro de excelência nacional na formação de profissionais nas diversas áreas de conhecimento e respeitada no cenário internacional, vem desenvolvendo atividades com base no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária, e é sob esse olhar que o Projeto “FOB/USP em Rondônia” vem envolvendo alunos de graduação, pós-graduação, docentes e funcionários no trabalho realizado no município de Monte Negro e comunidades adjacentes.

HISTÓRICO E RELEVÂNCIA SOCIAL

A Universidade de São Paulo (USP) chegou ao estado de Rondônia em 1990, convocada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo Instituto Pasteur de Paris, para desenvolver pesquisa sobre a malária brasileira, que sua ocorrência era quase exclusivamente na região amazônica. (ESPAÇO ABERTO USP, 2007)

A população do estado estava espalhada em lugares de difícil acesso: sobretudo ribeirinhos, às margens dos numerosos rios, e trabalhadores rurais, que foram a Rondônia para ocupar as terras cedidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o que gerava um grande desafio para a inclusão dessa população ao sistema de saúde, que na época era quase inexistente.

A USP junto com o governo de Rondônia, foi responsável pela criação e adaptação de diversos núcleos de saúde no interior do Estado. No projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para mapear as áreas de risco em Rondônia na ocorrência de doenças endêmicas, surgiu com a participação da USP, assim como o primeiro Programa de Saúde da Família (PSF)

da Amazônia, que consistia em levar a assistência médica às populações mais afastadas das cidades.

Desta forma outras pesquisas sobre doenças tropicais começaram a surgir e com a adoção deste projeto pelo professor Dr. Luís Marcelo Aranha Camargo, em outubro de 1996, foi estruturado no município de Monte Negro – RO, um dos mais importantes órgãos de pesquisa, ensino e assistência da Amazônia, o Instituto de Ciências Biomédicas 5 (ICB5) da Universidade de São Paulo, para estudo e acompanhamento dessas doenças, comuns às cidades da região Norte do País. Com o tempo, o referido centro de excelência foi agregando outras áreas do conhecimento dos quadros da USP, a fim de proporcionar melhores condições de saúde à população.

O ICB5 possui hoje uma área construída de 500 m², entre diversos laboratórios, biblioteca, sala de informática, serpentário, insetário e um alojamento para professores, pesquisadores e estudantes, que pode abrigar até 50 pessoas. Dentre suas principais atividades e projetos de pesquisa, estão os relacionados com o estudo da malária, doença de Chagas, leishmaniose, capilaríase hepática, cromoblastomicose e desnutrição, envolvendo profissionais de diversas instituições, como a Faculdade São Lucas (de Porto Velho), Universidade Federal de Rondônia (Unir), Instituto Butantan, Fundação Instituto Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Instituto de Química da USP e a Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB/USP).

O Instituto promove alguns cursos nas áreas de micologia, bacteriologia, entomologia médica e manejo de animais peçonhentos. Ainda oferece, durante uma semana a cada mês, atendimento médico para a população de Monte Negro e arredores; e organiza uma vez por semestre, uma expedição através dos rios Machado e Preto, de Rondônia, proporcionando serviços de atendimento médico para estas comunidades ribeirinhas.

A Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB–USP), tendo o apoio de sua diretora Profa. Dra. Maria Fidela Navarro, iniciou numa nova dimensão do trabalho no município de Monte Negro/RO, por meio dos cursos de Odontologia e Fonoaudiologia, através dos Prof. Dr. José Roberto Magalhães Bastos e Profa. Dra. Magali de Lourdes Caldana.

O objetivo inicial do projeto foi realizar um levantamento das condições de saúde bucal e fonoaudiológicas nesta região, com o intuito de elencar as

necessidades da população, tornando possível planejar atividades de pesquisa e atendimento clínico populacional, nas áreas supracitadas, conforme aprovado pelo Conselho de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo.

Ao longo destes dez anos, o Projeto “FOB_USP em Rondônia” já realizou 22 expedições proporcionando, aos cursos de graduação em Odontologia e Fonoaudiologia, um espaço de interação entre docentes/discentes/funcionários da Universidade/ município de Monte Negro – RO; produção/construção do conhecimento, em novos cenários de aprendizagem. Em janeiro de 2010, foi realizada a primeira expedição (25 de janeiro à 05 de fevereiro de 2010), como parte da disciplina Saúde Coletiva: ações da USP em Rondônia II. Em 2012, no mês de janeiro, com o objetivo de propor ações de saúde coletiva trabalhando a interdisciplinaridade (odontologia, fonoaudiologia e outras áreas da saúde), foi institucionalizada as disciplinas BAS5724-1 – Pesquisa e Extensão: Práticas em Rondônia I e BAS5725-1 – Pesquisa e Extensão: Práticas em Rondônia II. (ANEXO F)

As atividades desenvolvidas ao longo dos 10 anos do Projeto “USP em Rondônia” foram de grande importância para a população do município de Monte Negro, não apenas pelo atendimento clínico oferecido, como também pela contribuição para as mudanças de comportamento da população em relação às práticas de saúde bucal e fonoaudiológica.

O Projeto FOB USP Rondônia vem contribuindo para formar profissionais comprometidos com a realidade nacional, como preconizam as diretrizes curriculares da saúde para os cursos de graduação e os PPP dos cursos de Odontologia e Fonoaudiologia da FOB USP, promovendo um perfil generalista, humanístico, crítico e reflexivo.

Corpo docente Responsável do Projeto de extensão

Prof. Dr. José Roberto de Magalhães Bastos -

Profa. Dra. Magali de Lourdes Caldana -

Docente Colaborador – Prof. Dr. Roosevelt da Silva Bastos -

CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Acreditamos que a pedagogia dialógica orienta a educação como uma atividade em que educadores e educandos são mediatizados pela realidade que apreendem e da qual extraem o conteúdo da aprendizagem, atingem um nível de consciência dessa realidade, a fim de nela atuarem, contribuindo com a transformação social.

Segundo NETO (2004), existem várias concepções de extensão universitária. São conceitos que foram se estabelecendo a partir de discursos gerais oriundos do interior de si mesma, presentes no discurso de professores e de órgãos públicos que atuam no caminho da extensão. Uma dessas concepções afirma ser a extensão algo enriquecedor para os objetivos da universidade.

PLANO DE AÇÃO

Através da análise dos documentos supracitados categorizamos as disciplinas para podermos apresentar uma reestruturação no conteúdo abordado pelo Projeto de Extensão FOB/USP_Rondônia. Segue:

(a) disciplinas básicas – cujo conhecimento é correlato às profissões de saúde, dada a importância para que o profissional saiba sobre a composição, estrutura e funcionamento biológico do corpo humano, assim como disciplinas básicas para todos os cursos do ensino superior na área das Ciências da Vida;

(b) disciplinas de humanidades – as quais têm origem eminente em conteúdo das áreas das ciências humanas e sociais, e que têm por enfoque a construção de conceitos sociais e humanos nos futuros profissionais de saúde;

(c) disciplinas de interface: apresentam o conteúdo de origem na área de humanidades, mas com direcionamento à área de saúde;

(d) disciplinas de Saúde Pública: aquelas que tem articulação com o trabalho em Saúde Coletiva;

(e) disciplinas profissionalizantes: destinam-se ao ensino-aprendizagem de competências profissionais próprias do curso, preparando o discente para o exercício profissional.

No sentido de se trabalhar melhor as atividades desenvolvidas neste projeto e o conteúdo abordado no curso preparatório, sugere-se:

Que seja oferecido na modalidade à distância como forma capaz de conciliar a necessidade de continuar esse processo de ensino aprendizagem os temas abordados nas disciplinas de Ciências Sociais em Saúde.

Que os discentes do quarto ano da graduação de Odontologia e Fonoaudiologia possam após a expedição realizada atuar como monitores do curso online com cessão de bolsas através do Programa de Estímulo ao Ensino de Graduação.

Estimular a participação dos alunos de pós graduação como supervisores deste processo de ensino-aprendizagem, através do Programa de Aperfeiçoamento do Ensino.

Utilizar o instrumento – Diário de Bordo – na forma de um instrumento que viabilize a tomada de decisões para o planejamento, para a memória do projeto, com funções múltiplas de forma a gerar relatórios para a avaliação e reavaliação do processo.

QUADRO 02 – Quadro síntese do conteúdo abordado no curso online.

EIXO TEMÁTICO	MÓDULO DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO
Percebendo nossa realidade	Projetos de Extensão Universitária – Conceitos e Histórico Projeto de Extensão Universitária – FOB_USP Rondônia Conceito de cidadania; Conceito de participação popular – controle social; Análise da relação intercultural
Entendendo o processo saúde-doença	Análise do Processo saúde doença e seus determinantes; Identificação dos problemas de saúde e sua rede explicativa.
Promovendo a saúde e intervindo no processo saúde-doença	Plano de soluções nos diferentes níveis do sistema de saúde; Ações programáticas em saúde; Ações de vigilância em saúde;
Conhecendo e organizando os serviços de saúde	Organização do processo de trabalho; Organização do local de trabalho; Sistema de referência e contra-referência; Sistema de informação em saúde; Avaliação dos serviços de saúde.

Anexos

ANEXO A – DOCUMENTO NORTEADOR – PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA.

Plano Nacional de Extensão Universitária
Edição Atualizada

Brasil
2000 / 2001

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e
SESu / MEC

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino.

SANTOS, Boaventura de Souza.

APRESENTAÇÃO

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Este Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, reflete o compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia. A adesão de outras instituições de ensino superior significa adesão a esses princípios, objetivos e diretrizes.

O Plano não pretende subtrair das universidades a capacidade de decidir sobre seus programas de extensão universitária. Tendo sido elaborado em debate aberto, representa o pensamento de grande parte das comunidades universitárias brasileiras, reconhece a autonomia da universidade e apresenta propostas orientadas por valores civilizatórios.

PONTO DE PARTIDA

A extensão universitária é a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade. Nos dez anos de existência do Fórum¹ - com uma nova Constituição, uma nova LDB e com o Plano Nacional de Educação -, seus conceitos amadureceram, seus instrumentos foram aperfeiçoados e suas principais dificuldades foram afastadas.

Assim é que, no Fórum de Pró-Reitores, elaborou-se o Programa Universidade Cidadã, em que foram definidos oito eixos temáticos considerados áreas importantes de atuação para o momento em que vivemos e nos quais as universidades já trabalhavam, atendendo às demandas da sociedade. O Programa Universidade Cidadã foi o ponto de partida para a produção deste Plano Nacional.

¹ Referência de 1997, quando o texto começou a ser redigido.

POLÍTICAS PÚBLICAS

As universidades públicas brasileiras são instituições criadas para atender às necessidades do país. Estão distribuídas em todo o território nacional e em toda a sua existência sempre estiveram associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político da nação, constituindo-se em espaços privilegiados para a produção e acumulação do conhecimento e a formação de profissionais cidadãos.

Por isso, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão propõe a participação dessas universidades nas discussões, elaboração e execução de políticas públicas que tenham a cidadania e o cidadão como suas principais referências.

BREVE HISTÓRIA

GÊNESE E CAMINHOS

A universidade brasileira surgiu tardiamente, na primeira metade do século XX, pela união de escolas superiores isoladas criadas por necessidades práticas do governo, por carências sentidas pela sociedade ou como resultado de avaliação sobre um potencial existente em uma ou outra área.

Foi também nesse período que as conferências tidas como "lições públicas" começaram a ser oferecidas pela Universidade de São Paulo, caracterizando a tomada de consciência da instituição para essa necessidade de difundir o conhecimento ali acumulado.

De qualquer modo, esses fatos colocam as universidades brasileiras, desde o início de sua história, muito próximas das comunidades que lhes deram origem.

MOVIMENTOS SOCIAIS

No fim dos anos 50, início dos anos 60, os estudantes universitários brasileiros, organizados na União Nacional dos Estudantes - UNE, empreenderam movimentos culturais e políticos reconhecidos como fundamentais para a formação das lideranças intelectuais de que carecia o país. Estavam assim definidas as áreas de atuação extensionista, antes mesmo que o conceito fosse formalmente definido.

O fortalecimento da sociedade civil, principalmente nos setores comprometidos com as classes populares, em oposição ao enfraquecimento da sociedade política ocorrido na década de 80, em especial nos seus últimos anos, possibilita pensar a elaboração de uma nova concepção de universidade, baseada na redefinição das práticas de ensino, pesquisa e extensão até então vigentes.

NOVA CONCEPÇÃO

Do assistencialismo passou-se ao questionamento das ações desenvolvidas pela extensão; de função inerente à universidade, a extensão começou a ser percebida

como um processo que articula o ensino e a pesquisa, organizando e assessorando os movimentos sociais que estavam surgindo.

A institucionalização passava a ser perseguida, só que em sua dimensão processual, envolvendo toda a universidade - e não mais através de programas concebidos fora do espaço acadêmico. Pelo ensino se encontrariam formas de atender à maioria da população, através de um processo de educação superior crítica, com o uso de meios de educação de massa que preparassem para a cidadania, com competência técnica e política.

A pesquisa, tanto a básica quanto a aplicada, deveria ser sistematicamente direcionada ao estudo dos grandes problemas, podendo fazer uso de metodologias que propiciassem a participação das populações na condição de sujeitos, e não na de meros espectadores.

EXTENSÃO E CONHECIMENTO

Esse tipo de extensão - que vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais) - já apontava para uma concepção de universidade em que a relação com a população passava a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica.

Dentro desses balizamentos, a produção do conhecimento, via extensão, se faria na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade.

O QUE É A EXTENSÃO

CONCEITUAÇÃO

O reconhecimento legal dessa atividade acadêmica, sua inclusão na Constituição e a organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, no fim da década de 80, deram à comunidade acadêmica as condições e o lugar para uma conceituação precisa da extensão universitária, assim expressa no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão²:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento.

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.

INSTITUCIONALIZAÇÃO

A conceituação assumida pelos Pró-Reitores expressa uma postura da universidade diante da sociedade em que se insere. Sua função básica de produtora e de socializadora do conhecimento, visando à intervenção na realidade, possibilita acordos e ação coletiva entre universidade e população.

Por outro lado, retira da extensão o caráter de "terceira função" para dimensioná-la como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo

² Referência ao encontro de 1987, quando foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

de encontrar soluções através das pesquisas básica e aplicada, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta.

Ao se afirmar que a extensão é parte indispensável do pensar e fazer universitários, assume-se uma luta pela institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico, o que implica a adoção de medidas e procedimentos que redirecionam a própria política das universidades.

Ao reafirmar o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade.

PESQUISA E ENSINO

Com relação à pesquisa, reconhece-se um leque bastante diversificado de possibilidades de articulação do trabalho realizado na universidade com setores da sociedade. Assume interesse especial a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/comunidade, priorizando as metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisados e pesquisadores, visando à criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais, em que a questão central será identificar o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos.

Quanto ao ensino, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que não se limite ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreenda todos os espaços, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi, inter e transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

O estágio curricular é alçado como um dos instrumentos que viabilizam a extensão enquanto momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, devendo ser obrigatório para todos os cursos, desde o primeiro semestre, se possível, e estar integrado a projetos decorrentes dos departamentos e à

temática curricular, sendo computado para a integralização do currículo de docentes e discentes.

AÇÃO GLOBAL

Fica claro que a extensão só se concretizará, enquanto prática acadêmica, quando for discutida a sua proposta de ação global e sua inserção institucional nos departamentos, definindo as suas linhas de ensino e pesquisa em função das exigências da realidade.

É importante ressaltar que a intervenção na realidade não visa levar a universidade a substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim produzir saberes, tanto científicos e tecnológicos quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população, ou seja, a compreensão da natureza pública da universidade se confirma na proporção em que diferentes setores da população brasileira usufruam dos resultados produzidos pela atividade acadêmica, o que não significa ter que, necessariamente, freqüentar seus cursos regulares.

PLANO NACIONAL

PRINCÍPIOS BÁSICOS | PROFISSIONAL CIDADÃO | INSTRUMENTO DE MUDANÇA SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA | OBJETIVOS | METAS (ORGANIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE) ÁREAS TEMÁTICAS | UNIVERSIDADE CIDADÃ | FINANCIAMENTO E AVALIAÇÃO

PRINCÍPIOS BÁSICOS

Assumir mais veementemente a posição de uma universidade voltada para os interesses e as necessidades da maioria da população requer a retomada de alguns princípios básicos presentes na plataforma política da extensão universitária desde 1987:

- a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;
- a universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;
- a universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;
- a ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
- a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico,

filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;

- a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

PROFISSIONAL CIDADÃO

Assim, tem-se hoje como princípio que, para a formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar.

A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.

INSTRUMENTO DE MUDANÇA

A partir dessas premissas é que se considera a atividade de extensão, pelo potencial da comunidade universitária (professores, alunos, técnicos), um instrumento incomparável de mudança nas próprias instituições onde se desenvolve e nas sociedades onde essas instituições estiverem inseridas.

Resultado dessas reflexões é que se considera importante consolidar essa prática dentro das instituições de ensino, o que possibilitará a constante busca do equilíbrio adequado entre as demandas que lhe são socialmente exigidas e os saberes e as

inovações que surgem do trabalho de seus professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos.

SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA

Este Plano Nacional de Extensão Universitária, além do significado para o desenvolvimento das instituições acadêmicas, é importante também porque permite:

- a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras;
- a garantia de recursos financeiros destinados à execução de políticas públicas correlatas, viabilizando a continuidade dos referidos programas;
- o reconhecimento, pelo poder público, de que a extensão universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã;
- a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país.

OBJETIVOS

- Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- assegurar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade;
- dar prioridade às práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas com as áreas de educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda;
- estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade;

- enfatizar a utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, aí incluindo a educação continuada e a distância;
- considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;
- inserir a educação ambiental e desenvolvimento sustentado como componentes da atividade extensionista;
- valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional;
- tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade;
- criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;
- possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país.

METAS

Para a consecução dos objetivos propostos, é necessário estabelecer metas³ no sentido de organizar a própria atividade de extensão universitária, simultaneamente com as metas ligadas à articulação com a sociedade:

³ Os prazos tomam como referência o ano de 1998, quando o Plano foi aprovado em plenária do Fórum.

ORGANIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

- Consolidação do Sistema de Informações sobre extensão universitária, através da implantação de Banco de Dados Inter-relacional, em até dois anos;
- inclusão das instituições públicas de ensino superior à Rede Nacional de Extensão (RENEX), no máximo em um ano;
- elaboração de uma proposta de Programa Nacional de Avaliação da Extensão Universitária das universidades brasileiras, a ser apoiado e financiado pela Secretaria de Educação Superior do MEC, no prazo de um ano;
- implementação do Programa de Avaliação da Extensão Universitária nas IES em até três anos;
- definição de linhas prioritárias de extensão nos planos estratégicos departamentais e das universidades, em até um ano;
- adoção de indicadores quantitativos e qualitativos de extensão nas análises de mérito para alocação de vagas para docentes nas unidades e departamentos e para distribuição de recursos orçamentários internos, em dois anos;
- implantação de um Sistema Nacional de Educação Continuada e a Distância, incluindo as IES, através do desenvolvimento de mecanismos de interlocução com a Secretaria Nacional de Educação a Distância, do MEC, em até três anos;
- institucionalização da participação da extensão no processo de integralização curricular, em quatro anos;
- implementação de escritórios ou coordenações de desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia, articulados com as Pró-Reitorias de Extensão, em até dois anos;
- instituição de um Programa Nacional de Fomento à Extensão, Custeio e Bolsas de Extensão que seja balizado nos conceitos desenvolvidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e pela sociedade civil, dentro das áreas consideradas prioritárias, em até dois anos.

ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE

- Desenvolvimento de programas e projetos de extensão ligados à:
 - ampliação da oferta e melhoria da qualidade da Educação Básica, em até três anos;
 - preservação e sustentabilidade do meio ambiente, em parceria com as agências financiadoras, em nível nacional e internacional, em até três anos;
 - melhoria da saúde e qualidade de vida da população brasileira, em até três anos;
 - melhoria do atendimento à atenção integral à criança, adolescente e idoso, em até dois anos;
- participação no Programa Nacional de Educação nas áreas da Reforma Agrária através da capacitação pedagógica de monitores e coordenadores locais, em até dois anos;
- promoção do desenvolvimento cultural, estimulando as atividades voltadas para o incentivo à leitura, turismo regional, folclore e cultura popular, em até dois anos;
- desenvolvimento, em parceria com órgãos federais, estaduais, municipais e entidades não governamentais, de programas e projetos voltados para a formação de mão de obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e a capacitação de gestores de políticas públicas, em até três anos.

ÁREAS TEMÁTICAS

Este Plano Nacional se desdobrará em planos regionais e institucionais que considerarão as seguintes áreas temáticas⁴:

⁴ Julgou-se oportuno, aqui, substituir o texto original do Plano, a fim de consolidar o esforço de harmonização terminológica na classificação dos programas/projetos/atividades de extensão. Assim, foram adotadas as áreas temáticas definidas no documento do Grupo de Trabalho sobre Sistema de Dados e Informações e RENEX, aprovado pelo Fórum em dezembro de 1999, Brasília, no lugar dos oito eixos temáticos constantes no Plano aprovado em 1998, quais sejam: Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; Promoção à saúde e à qualidade de vida; Educação básica; Desenvolvimento da cultura; Transferência de tecnologias apropriadas; Atenção integral à criança, adolescente e idoso; Capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas; Reforma agrária e trabalho rural.

1. Comunicação
2. Cultura
3. Direitos humanos
4. Educação
5. Meio ambiente
6. Saúde
7. Tecnologia
8. Trabalho

UNIVERSIDADE CIDADÃ

A construção dos planos regionais e institucionais tomará por base a delimitação do perfil geopolítico de cada região, a indicação das demandas sociais, a conseqüente definição de programas e projetos, e terá o suporte teórico e metodológico de acordo com o Programa Universidade Cidadã, que objetiva:

- a formação do indivíduo enquanto ser humano e social, a formação do cidadão, do profissional e do profissional cidadão;
- ações junto às comunidades de baixo poder aquisitivo e que requerem, portanto, potencializar sua organização política;
- ações em parceria com lideranças e instituições das comunidades e dos movimentos sociais;
- consolidação da organização das comunidades;
- ações assumidas coletivamente dando a elas caráter impessoal;
- identificação de oportunidades, demandas, necessidades e problemas comuns visando o processo de integração e de autonomia das comunidades, não se caracterizando como uma ação assistencialista;
- construção com todos os parceiros de projetos e atividades, permitindo a imediata legitimidade das prioridades demandadas, absorvendo valores culturais próprios das comunidades;

- diálogo aberto entre universidade e comunidade ao articular o saber popular e as práticas sociais das comunidades com o saber acadêmico e a prática social da vida universitária;
- parcerias no âmbito do poder público e da sociedade civil.

FINANCIAMENTO E AVALIAÇÃO

O financiamento das metas da organização da extensão universitária terá como fonte de recursos os órgãos federais e estaduais de educação e as próprias universidades. O financiamento das metas relativas à articulação com a sociedade será definido a partir da realização de parcerias com órgãos e instituições ligadas às áreas e articulações políticas com agências de desenvolvimento.

O Fórum proporá um sistema de avaliação das metas contidas no plano a ser desenvolvido pelas instituições envolvidas no processo.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras,

Natal - RN, 8 de maio de 1998.

INSTITUIÇÕES SIGNATÁRIAS

NORTE

Faculdade de Ciências Agrárias do Pará - FCAP
Universidade da Amazonas - FUAM
Universidade do Estado do Pará - UEPA
Universidade Federal do Acre - UFAC
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP
Universidade Federal do Pará - UFPA
Universidade Federal de Rondônia - UNIR
Universidade Federal de Roraima - UFRR

NORDESTE

Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Universidade Estadual do Ceará - UECE
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC/BA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
Universidade Estadual do Vale do Acaraú - UVA/CE
Universidade Federal de Alagoas - UFAL
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Federal do Ceará - UFCE
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Universidade Federal do Piauí - UFPI
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE
Universidade Federal de Sergipe - UFSE

Universidade de Pernambuco - UPE
Universidade Regional do Cariri - URCA/CE

CENTRO-OESTE

Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul - FUEMS
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - FUFMS
Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
Universidade de Brasília - UnB
Universidade Estadual de Anápolis - UNIANA
Universidade Federal de Goiás - UFG
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

SUDESTE

Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro - CEFET/RJ
Centro Federal de Educação Técnica de Minas Gerais - CEFET/MG
Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas
Escola Federal de Engenharia de Itajubá - EFEI
Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina
Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - FMTM
Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei - FUNREI
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG
Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES
Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Universidade Estadual Paulista - UNESP
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Universidade Federal Fluminense - UFF
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
Universidade Federal de Lavras - UFLA
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Universidade Federal de Viçosa - UFV
Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO
Universidade de São Paulo - USP

SUL

Centro Federal de Educação Técnica do Paraná - CEFET/PR
Fundação Universidade do Rio Grande - FURG
Universidade Estadual de Londrina - UEL
Universidade Estadual de Maringá - FUEM
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Universidade Federal do Paraná - UFPR
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
Secretaria de Educação Superior / Ministério da
Educação - SESu / MEC

ESTA EDIÇÃO

EQUIPE

Estabelecimento e revisão dos textos:

Prof^a. Jane Voisin (UESC-BA), Prof^a Dóris Santos de Faria (UnB), Prof^a Inês Luci Machado Carrijo (UFU), Prof. Edison José Corrêa (UFMG), Prof. Targino de Araújo Filho (UFSCar), Prof^a Malvina Tania Tuttman (UNIRIO).

Revisão final:

Prof^a Maria Luiza Nora (UESC-BA)

Website:

Cesar Lawinsky (PROEX / UESC-BA)

A versão original do Plano Nacional de Extensão lançada em 1999 foi elaborada pelos membros da Coordenação Nacional do Fórum, gestão 1998/1999, com a participação do Prof. Luiz Roberto Lize Curi, Diretor do Departamento de Política do Ensino Superior, SESu / MEC.

Bibliografia consultada, além dos documentos originais do Fórum:

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). *Extensão Universitária: diretrizes e políticas*. Belo Horizonte: PROEX / UFMG, 2000.

ANEXO B – Certificação – Prêmio Cidadania sem Fronteiras - Edição Nacional/ Menção Honrosa (2009 e 2011) - Projeto "USP em Rondônia" uma experiência para a vida, Instituto da Cidadania Brasil e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

Universidade de São Paulo**Faculdade de Odontologia de Bauru**

Al. Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, 9-75 – Bauru/SP – CEP 17012-901 CP. 73

PABX (0XX14)3235-8000 – FAX (0XX14)3223-4679

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa discute a pedagogia dialógica, na perspectiva defendida por Paulo Freire, na prática da extensão universitária. Nesta pedagogia, a educação é uma atividade em que professores e estudantes são mediatizados pela realidade que apreendem e da qual extraem o conteúdo da aprendizagem, atingem um nível de consciência dessa realidade, a fim de nela atuarem, possibilitando a transformação social. Desta forma, esta pesquisa objetiva analisar a contribuição da pedagogia dialógica na prática da extensão universitária. Para tanto serão investigados discentes do curso de odontologia e fonoaudiologia da Faculdade de Odontologia e Fonoaudiologia de Bauru – Universidade de São Paulo, que participarem do Projeto de Extensão FOB/USP_Rondônia. Trata-se de um estudo transversal onde se utilizará método qualitativo para coleta de informações e análise de discurso. Faz parte do processo de coleta de informações a utilização de entrevista semi-estruturada gravada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa e da assinatura dos entrevistados do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso o participante da pesquisa queira esclarecer dúvidas com relação à pesquisa, poderá entrar em contato com **Selma Aparecida Chaves Nunes, CRO nº. 58203/SP, Nº. USP 3208560**, no Departamento de Odontopediatria, Ortodontia e Odontologia em Saúde Coletiva da Faculdade de Odontologia de Bauru/USP, Alameda Dr. Octávio Pinheiro Brisolla 9-75, CEP 17012-901, Bauru/SP, tel: (14)3235-8256. Em casos de reclamações, poderão entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da FOB/USP, pelo telefone (14) 3235-8356. Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr. (a)

portador da cédula de identidade _____, após leitura minuciosa das informações constantes neste TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO, devidamente explicada pelos profissionais em seus mínimos detalhes, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO concordando em participar da pesquisa proposta. Fica claro que o sujeito da pesquisa ou seu representante legal, pode a qualquer momento retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar desta pesquisa e ciente de que todas as informações prestadas tornaram-se confidenciais e guardadas por força de sigilo profissional (Art. 9º do Código de Ética Odontológica).

Por estarem de acordo assinam o presente termo.

Bauru – SP, _____ de _____ de 2011.

Assinatura do Sujeito da Pesquisa

Selma Aparecida Chaves Nunes

ANEXO D – Proc. Nº 151/2010 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisas da Faculdade de Odontologia de Bauru – Universidade de São Paulo.

Universidade de São Paulo
Faculdade de Odontologia de Bauru
Al. Dr. Octávio Pinheiro Brisolla, 9-75 – Bauru-SP – CEP 17012-901 – C.P. 73
PABX (0XX14)3235-8000 – FAX (0XX14)3223-4679

Comitê de Ética em Pesquisa (14)3235-8356
mferrari@fob.usp.br

Processo nº 151/2010

Bauru, 28 de fevereiro de 2011

Senhora Professora,

Informamos que após o envio da documentação solicitada referente ao projeto de pesquisa encaminhado a este Comitê de Ética em Pesquisa **Projeto de Extensão da FOB-Rondônia/USP e o pensamento crítico social na formação do fonoaudiólogo e odontólogo: uma ação educativa transformadora**, de autoria de Selma Aparecida Chaves Nunes, sob sua orientação, foi novamente analisado e considerado **APROVADO** por este Colegiado, em reunião realizada no dia **23 de fevereiro de 2011**.

Solicitamos que ao término do trabalho, seja enviado a este Comitê um relatório final para novo parecer, o qual será utilizado para publicação científica.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Flávio Augusto Cardoso de Faria
Coordenador

Profª Drª Magali de Lourdes Caldana
Docente do Departamento de Fonoaudiologia

ANEXO E – Proc. Nº 151/2010 – Parecer do Relatório Parcial do Comitê de Ética em Pesquisas da Faculdade de Odontologia de Bauru – Universidade de São Paulo.

**Universidade de São Paulo
Faculdade de Odontologia de Bauru**

Comitê de Ética em Pesquisa

Proc. CEP nº 151/2010

Bauru, 28 de junho de 2012.

Senhora Professora,

Informamos a Vossa Senhoria que após análise por um Relator deste Comitê de Ética em Pesquisa, o **Relatório Parcial** do trabalho de pesquisa **Projeto de Extensão da FOB-Rondônia/USP e o Pensamento Crítico Social na Formação do Fonoaudiólogo e Odontólogo: uma ação educativa transformadora**, de autoria de Selma Aparecida Chaves Nunes, sob sua orientação, foi **aprovado** por este Colegiado em reunião realizada no dia **27 de junho de 2012**.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Flávio Augusto Cardoso de Faria
Coordenador

Profª Drª Magali de Lourdes Caldana

Docente do Departamento de Fonoaudiologia

ANEXO F – Ementas das disciplinas Optativas.

Exemplos

Página 1 de 2

Informações da Disciplina

Júpiter - Sistema de Graduação

Faculdade de Odontologia de Bauru

Interdepartamental

Disciplina: 2500019 - Saúde Coletiva: Ações da USP em Rondônia I

Créditos Aula: 2
Créditos Trabalho: 0
Carga Horária Total: 30 h
Tipo: Semestral
Ativação: 01/01/2011

Objetivos

- Propor ações de saúde coletiva em equipe interdisciplinar (odontologia e fonoaudiologia) para ser aplicada na realidade do processo saúde-doença de localidades desfavorecidas;
- Construir o cenário de práticas relacionando as diversidades socioculturais do estado de Rondônia para o desenvolvimento de trabalhos educativos e preventivos evidenciando a integração entre as áreas da saúde e educação;
- Discutir conceitos de epidemiologia para planejamento de atividades específicas, próprias da Nova Promoção de Saúde, para a região amazônica e localidades inóspitas do Brasil;
- Preparar o graduando a ser capaz de atuar em realidades diversas, integrando ações de saúde coletiva e promoção da saúde à sua formação profissional;
- Após completar o desenvolvimento das atividades propostas, o aluno deverá ser capaz de desenvolver programas clínicos em apoio às atividades de promoção de saúde.

Docente(s) Responsável(eis)

48111 - Jose Roberto de Magalhaes Bastos
1609484 - Magali de Lourdes Caldana

Programa Resumido

A disciplina apresenta um elenco teórico, que acontecerá no campus Bauru, interagindo conceitos da Nova Promoção da Saúde, entre estudantes de odontologia e fonoaudiologia, para que tenham condições de atuar em equipes de saúde em localidades desfavorecidas.

Programa

- Apresentação do projeto "USP em Rondônia": histórico das ações já realizadas;
- Saúde coletiva: conceituação e paradigmas teóricos;
- O processo saúde-doença e suas relações sociais;
- O trabalho em equipe multidisciplinar: relevância da odontologia e fonoaudiologia;
- Fundamentos de educação em saúde;
- Planejamento para atividades preventivo-educativas no ensino público municipal e estadual;
- A atuação interdisciplinar na área da saúde: agentes comunitários e o seu papel social;
- O trabalho assistencial odontológico e fonoaudiológico em equipes de saúde.

Avaliação**Método**

Aulas teóricas expositivas e seminários.

Critério

Provas teóricas e práticas; seminários e relatórios das atividades práticas.

Norma de Recuperação

Realização de nova prova teórica com conteúdo de aulas teóricas.

Bibliografia

1. BITAR, M. L. et AL. Caracterização da saúde de crianças atendidas em creches e prevenção dos distúrbios de comunicação. Rev. Saúde Pública, vol. 28, n. 1, p. 46-58, 1994;
2. CARVALHO, M. P. A fonoaudiologia e suas relações com a odontopediatria. In: GUEDES-PINTO, A. C. Odontopediatria. SP: Editora Santos, 1997, 6 edição, p. 855-73, capítulo 46;

3. PADOVAN, B. A. E. Correlação entre fonoaudiologia e odontologia. Curitiba: J. Bras Ortodont Ortop Max, vol. 1, n 5, p. 73-6, 1996;
4. BEZERRA, V. M. L. Alfabetização, relação professor/aluno e o fracasso seletivo nas escolas públicas: uma perspectiva psicogenética. USP, São Paulo, 1989. (Tese de doutorado);
5. FREIRE, P. & MACEDO, D. Alfabetização, leitura do mundo, leitura da palavra. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990;
6. VIEIRA, R. M.; VIEIRA, M. M.; AVILA, C. R. B.; PEREIRA, L. D. Fonoaudiologia e saúde pública. Carapicuíba: Pró-fono, 2000;
7. MESSIAS, E. Income inequality, illiteracy rate, and life expectancy in Brazil. AM. J. Public Health, 2003 Aug;93 (8):1294-6;
8. OMPAD, D. C.; GALEA, S.; CAIAFFA, W. T.; VLAHOV, D. Social determinants of the health of urban populations: methodologic considerations. J Urban Health. 2007 May;84(3 Suppl):i42-53.
9. PEARCE, N.; SMITH, G. D. Is social capital the key to inequalities in health? Am J Public Health. 2003 Jan;93 (1):122-9.
10. Projeto SB Brasil 2003: condições de saúde bucal da população brasileira 2002-2003: resultados principais / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
11. Petersen PE. Sociobehavioural risk factors in dental caries – international perspectives. Community Dent Oral Epidemiol 2005; 33: 274-9.
12. JUNG-WEI CHEN, D.D.S., M.S.; MARTIN H. HOBDELL, B.D.S., M.A., Ph.D.; KIM DUNN, M.D., Ph.D.; KATHY A. JOHNSON, Ph.D.; JIAJIE ZHANG, Ph.D. Teledentistry and its use in dental education. JADA, Vol. 134, March 2003.
13. WORLD HEALTH ORGANIZATION. Oral health surveys: basic methods. 4. ed. Geneva: ORH; EPID, 1997.
14. MENEGHIM, M. C.; KOZLOWSKI, F. C.; PEREIRA, A. C.; AMBROSANO, G. M. B.; MENEGHIM, Z. M. de A. Classificação socioeconômica e sua discussão em relação à prevalência de cárie e fluorose dentária. Ciência & Saúde Coletiva, 12(2): 523-529, 2007.
15. HOBDELL, M. H.; MYBURGH, N. G.; KELMAN, M.; HAUSEN, H. Setting global goals for oral health for the year 2010. Int Dent J. 2000 Oct;50(5):245-9.
16. HOBDELL, M.; PETERSEN, P. E.; CLARCKSON, J.; JOHNSON, N. Global goals for oral health 2020. Int Dent J. 2003 Oct;53(5):285-8.
17. HOBDELL, M.; OLIVEIRA, E. R.; BAUTISTA, R.; MYBURGH, N. G.; LALLO, R. NARENDHAN, S.; JOHNSON, N. W. Oral diseases and socio-economic status (SES). Br Dent J. 2003 Jan 25;194(2):91-6.

[Clique para consultar os requisitos para 2500019](#)

[Clique para consultar o oferecimento para 2500019](#)

Exemplos

Página 1 de 2

Informações da Disciplina

Júpiter - Sistema de Graduação

Faculdade de Odontologia de Bauru

Interdepartamental

Disciplina: 2500020 - Saúde Coletiva: Ações da USP em Rondônia II

Créditos Aula: 5
Créditos Trabalho: 0
Carga Horária Total: 75 h
Tipo: Semestral
Ativação: 01/01/2011

Objetivos

- Integrar ações de saúde coletiva em equipe interdisciplinar (odontologia e fonoaudiologia) para ser aplicada na realidade do processo saúde-doença de localidades desfavorecidas;
- Formular hipóteses de novos cenários de práticas relacionados às diversidades socioculturais do estado de Rondônia para o desenvolvimento de trabalhos educativos e preventivos, com o propósito de enfatizar a integração entre as áreas da saúde e educação;
- Aplicar conceitos de epidemiologia para planejamento de atividades específicas, próprias da Nova Promoção de Saúde, para a região amazônica e localidades inóspitas do Brasil;
- Após completar o desenvolvimento das atividades práticas propostas, o aluno deverá ser capaz de atuar em programas clínicos em apoio às atividades de promoção de saúde.

Docente(s) Responsável(eis)

48111 - Jose Roberto de Magalhaes Bastos
1609484 - Magali de Lourdes Caldana

Programa Resumido

A disciplina apresenta um elenco de práticas de promoção da saúde, que acontecerá no estado de Rondônia, integrando conceitos de saúde entre estudantes de odontologia e fonoaudiologia, em condições práticas dentro de equipes de saúde.

Programa

- Prática de saúde coletiva;
- Atendimento clínico de especialidades odontológicas e fonoaudiológicas de acordo com a realidade local;
- Atividades educativas e preventivas para Promoção da Saúde em escolas de zona urbana e rural;
- O trabalho em equipe multidisciplinar: relevância da odontologia e fonoaudiologia na prática diária;
- Planejamento e atuação preventivo-educativa em programas de saúde;
- Atuação interdisciplinar na área da saúde: agentes comunitários e o seu papel social;
- Realização de atividades epidemiológicas para reconhecimento das condições básicas de saúde da comunidade local em zona urbana e rural.

Avaliação**Método**

Frequência às atividades propostas e relatório das atividades práticas.

Critério

Provas teóricas e práticas; seminários e relatórios das atividades práticas.

Norma de Recuperação

Realização de prova teórica com conteúdo das ações práticas executadas no decorrer desta disciplina.

Bibliografia

1. BITAR, M. L. et AL. Caracterização da saúde de crianças atendidas em creches e prevenção dos distúrbios de comunicação. Rev. Saúde Pública, vol. 28, n. 1, p. 46-58, 1994;
2. CARVALHO, M. P. A fonoaudiologia e suas relações com a odontopediatria. In: GUEDES-PINTO, A. C. Odontopediatria. SP: Editora Santos, 1997, 6 edição, p. 855-73, capítulo 46;
3. PADOVAN, B. A. E. Correlação entre fonoaudiologia e odontologia. Curitiba: J. Bras Ortodont Ortop Max, vol. 1, n 5, p. 73-6, 1996;

4. BEZERRA, V. M. L. Alfabetização, relação professor/aluno e o fracasso seletivo nas escolas públicas: uma perspectiva psicogenética. USP, São Paulo, 1989. (Tese de doutorado);
5. FREIRE, P. & MACEDO, D. Alfabetização, leitura do mundo, leitura da palavra. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990;
6. VIEIRA, R. M.; VIEIRA, M. M.; AVILA, C. R. B.; PEREIRA, L. D. Fonoaudiologia e saúde pública. Carapicuíba: Pró-fono, 2000;
7. MESSIAS, E. Income inequality, illiteracy rate, and life expectancy in Brazil. AM. J. Public Health, 2003 Aug;93 (8):1294-6;
8. OMPAD, D. C.; GALEA, S.; CAIAFFA, W. T.; VLAHOV, D. Social determinants of the health of urban populations: methodologic considerations. J Urban Health. 2007 May;84(3 Suppl):i42-53.
9. PEARCE, N.; SMITH, G. D. Is social capital the key to inequalities in health? Am J Public Health. 2003 Jan;93 (1):122-9.
10. Projeto SB Brasil 2003: condições de saúde bucal da população brasileira 2002-2003: resultados principais / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
11. Petersen PE. Sociobehavioural risk factors in dental caries – international perspectives. Community Dent Oral Epidemiol 2005; 33: 274–9.
12. JUNG-WEI CHEN, D.D.S., M.S.; MARTIN H. HOBDELL, B.D.S., M.A., Ph.D.; KIM DUNN, M.D., Ph.D.; KATHY A. JOHNSON, Ph.D.; JIAJIE ZHANG, Ph.D. Teledentistry and its use in dental education. JADA, Vol. 134, March 2003.
13. WORLD HEALTH ORGANIZATION. Oral health surveys: basic methods. 4. ed. Geneva: ORH; EPID, 1997.
14. MENEGHIM, M. C.; KOZLOWSKI, F. C.; PEREIRA, A. C.; AMBROSANO, G. M. B.; MENEGHIM, Z. M. de A. Classificação socioeconômica e sua discussão em relação à prevalência de cárie e fluorose dentária. Ciência & Saúde Coletiva, 12(2): 523-529, 2007.
15. HOBDELL, M. H.; MYBURGH, N. G.; KELMAN, M.; HAUSEN, H. Setting global goals for oral health for the year 2010. Int Dent J. 2000 Oct;50(5):245-9.
16. HOBDELL, M.; PETERSEN, P. E.; CLARCKSON, J; JOHNSON, N. Global goals for oral health 2020. Int Dent J. 2003 Oct;53(5):285-8.
17. HOBDELL, M.; OLIVEIRA, E. R.; BAUTISTA, R.; MYBURGH, N. G.; LALLO, R. NARENDRA, S.; JOHNSON, N. W. Oral diseases and socio-economic status (SES). Br Dent J. 2003 Jan 25;194(2):91-6.

[Clique para consultar os requisitos para 2500020](#)

[Clique para consultar o oferecimento para 2500020](#)

Créditos | Fale conosco

© 1999 - 2011 - Departamento de Informática da Codage/USP